



Para Tião Viana, processo “diz mais respeito a queixa-crime do que a quebra de decoro”

Viana: Mesa pode intervir no Conselho

O vice-presidente do Senado disse na sexta-feira que a Mesa pode ser obrigada a dar, em breve, uma decisão a respeito do impasse do Conselho de Ética sobre a representação contra o presidente Renan Calheiros. Tião Viana lembrou que o conselho não votou

o relatório que sugere o arquivamento da representação e também não assumiu uma posição diante das acusações. Para o senador, todos constatam que a crise é “muito grande”. Conselho de Ética deve analisar ainda a representação contra Joaquim Roriz.

PÁGINA 11

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XIII – Nº 2.624/134 – Brasília, 2 a 8 de julho de 2007 EDIÇÃO SEMANAL

Reforma agrária: critério do Incra enfrenta resistências



Plantação de arroz no Rio Grande do Sul: novos parâmetros de produtividade rural podem tornar 55 mil fazendas passíveis de desapropriação para reforma agrária

PÁGINAS 8 E 9

e mais...

AGENDA

Página 16

AGORA É LEI

FOTO DA SEMANA

PERGUNTE AO SENADOR

FRASES

VOZ DO LEITOR

Página 17

cidadania

Saiba o que fazer para obter o seguro-desemprego

Está desempregado? Então fique atento aos prazos e às exigências para requerer o seguro-desemprego, que ajuda o trabalhador durante a procura de nova posição. Saiba também como concorrer a uma vaga pelo Sistema Nacional de Emprego, o Sine.

PÁGINA 20

Veja o que o Senado aprovou no primeiro semestre do ano

O Senado reagiu às demandas da sociedade por mais segurança pública, pelo crescimento econômico e por uma educação de qualidade. O pacote antiviolença aprovado pela CCJ, as

alterações no PAC e a regulamentação do Fundo de Educação Básica foram alguns dos destaques da produção legislativa no primeiro semestre de 2007.

PÁGINA 2

Cerca de 70% das cidades não sabem como dispor do lixo

Criadas as regras para zonas de exportação no país

PÁGINA 3

PÁGINA 14 E 15



SENADO Instituição reage a demanda da sociedade e aprova projetos para solucionar problemas do país

Demanda popular impulsiona votações

O clamor da sociedade por crescimento econômico, segurança pública e educação de qualidade teve respostas do Senado, por meio da aprovação de propostas que modificam e inovam a legislação nacional.

Logo no início do semestre, foi criada uma comissão especial que reuniu as propostas sobre segurança pública para acelerar a sua tramitação. Foi assim que a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) votou 16 projetos, como o que proíbe o governo

de contingenciar verbas para o setor.

Tornar penalidades mais graves foi outra solução encontrada. Será assim para quem induzir criança ou adolescente a praticar delitos graves, utilizar telefone celular em presídio, praticar crimes hediondos ou adquirir material pornográfico envolvendo crianças ou adolescentes. As propostas, agora, aguardam aprovação na Câmara.

As medidas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foram rapidamente aprovadas

pelo Senado e enviadas para sanção presidencial. Assim, projetos de infra-estrutura e a produção de equipamentos para a TV digital serão beneficiados por incentivos fiscais.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) foi regulamentado, permitindo que 48 milhões de estudantes sejam beneficiados.

Confira as principais propostas aprovadas no Senado, organizadas por áreas:



Segurança pública, crescimento econômico e educação foram as áreas priorizadas nas votações em Plenário neste semestre

GERALDO MAGELA

SEGURANÇA PÚBLICA

- PLS 134/06, de Alvaro Dias – Proíbe o governo de contingenciar verbas para programas de segurança pública.

- PLS 118/03, de Aloizio Mercadante – Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente e define o crime de induzir criança e adolescente a praticar delitos graves contra a vida e o patrimônio. As penas previstas são de reclusão de quatro a 15 anos, além de multa, quando o menor praticar crime de homicídio, lesão corporal, furto, roubo, extorsão mediante violência grave ou seqüestro e estupro.

- PLS 136/06, de César Borges – Transforma em falta grave a utilização de telefone celular por presidiários.

- PLC 08/07, do presidente da República – Aumenta o rigor da pena para os condenados por prática de crimes hediondos.

- PLS 139/07, de Demostenes Torres – Determina que o preso somente poderá ter liberdade provisória após o pagamento de fiança. O projeto ainda estabelece que a liberdade provisória não pode favorecer acusados de crimes inafiançáveis, hediondos ou de prática de racismo.

- PLS 162/07, de Aloizio Mercadante – Cria subcategorias para evitar que condenados ou acusados pela prática de crimes graves convivam com aqueles que respondam ou cumpram pena pela prática de crimes mais leves.

- PLS 119/05, de Papaléo Paes – Aumenta sanções para agentes públicos envolvidos no desvio de recursos destinados à saúde e à educação. Quando for constatado enriquecimento ilícito, a pena mínima de suspensão dos direitos políticos aplicada ao agente público subirá de oito para dez anos e a pena máxima aumentará de dez para 12 anos.

- PLS 109/04, de Marcelo Crivella – Altera o texto do Estatuto da Criança e do Adolescente para tornar crime a aquisição de material pornográfico envolvendo crianças ou adolescentes.

- PLS 135/07, de Marconi Perillo – Permite que os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública sejam aplicados em outras ações, como sistema de investigação eletrônica e rastreamento de veículos

de cargas.

- PLS 138/07, de Demostenes Torres – Cria uma espécie de tutela antecipada a fim de que, após a defesa preliminar apresentada pelo réu funcionário público, o juiz possa decidir quanto à perda do cargo, prosseguindo o processo no que se refere à eventual pena privativa de liberdade.

- PLS 165/07, de Aloizio Mercadante – Introduce na legislação penal brasileira o monitoramento eletrônico dos condenados e dos presos provisórios em liberdade, por meio de pulseiras.

- PLS 175/07, de Magno Malta – Estabelece a utilização de equipamento eletrônico por condenado para seu rastreamento, no caso de ser beneficiado por regime aberto.

- PLS 155/07, de Marconi Perillo – Obriga os presos condenados a produzirem alimentos para consumo próprio.

- PLS 79/05, de Pedro Simon – Amplia os crimes previstos no artigo 7º da lei que define os crimes contra o sistema financeiro nacional, incluindo as pessoas que subscreverem e endossarem os títulos.

- PLS 53/07, de Eduardo Azeredo – Altera dispositivos do Código Penal e estabelece aumento de pena para crimes de incêndio, explosão, perigo de desastre ferroviário, atentado contra a segurança de transporte marítimo, fluvial e aéreo ou outro meio de transporte e atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública, entre outros.

- PLS 115/04, de Eduardo Azeredo – Obriga o uso de air bags para proteção nos bancos dianteiros.

JUSTIÇA

- PLS 159/07, de Antonio Carlos Magalhães – Estabelece prioridade na tramitação na Justiça aos atos e diligências judiciais relativos a ações cujo objeto refere-se à reparação de danos decorrentes de morte ou lesão corporal nos casos de ação ou omissão atribuída a profissional ou instituição de saúde; ações e infrações penais; ação ou omissão atribuída à União, a estados e municípios; e de incidentes ocorridos no âmbito das relações de consumo.

ECONOMIA

- PLS 11/07, de Francisco Dor-

nelles – Exclui a possibilidade de recurso especial à Câmara Superior de Recursos Fiscais na hipótese de decisão de segunda instância ter negado provimento a recurso de ofício.

- PLS 314/06, de Gerson Camata – Obriga a inclusão do nome e do endereço do fornecedor de produto ou serviço nos documentos de cobrança de dívida encaminhados ao consumidor.

- PLS 174/06, de Renan Calheiros – Obriga o fornecedor a informar, na nota fiscal, todos os tributos embutidos no preço da mercadoria ou serviço.

- PLV 11/07 (MP 352/07) – Cria incentivos fiscais para a produção de equipamentos eletrônicos utilizados na TV digital. Também instituiu o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (Padis) e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital (PATVD).

- PLV 13/07 (MP 351/06) – Isenta de PIS/Cofins as empresas que tenham projetos aprovados para implantação de obras nos setores de transportes, portos, energia e saneamento básico.

- PLV 08/07 (MP 348/07) – Cria o Fundo de Investimento em Participações em Infra-Estrutura (FIP-IE), com o objetivo de angariar recursos para investimentos em novos projetos de infra-estrutura.

- PLV 12/07 (MP 340/06) – Corrige em 4,5% a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), anualmente, até 2010. O mesmo percentual é aplicado às isenções e deduções com educação e dependentes.

- PLV 04/07 (MP 335/06) – Altera dispositivos legais relacionados a imóveis da União para facilitar a regularização de assentamentos e o acesso a terreno ou moradia à população de baixa renda. Os beneficiários são famílias com renda familiar de até cinco salários mínimos.

- MP 349/07 – Cria o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para viabilizar novos empreendimentos nos setores de energia, rodoviário, ferroviário, hidroviário, portuário e de saneamentos, previstos no PAC. O novo fundo terá aplicação inicial de R\$ 5 bilhões, transferidos do patrimônio líquido do FGTS.

- PLS 146/96, do ex-senador Joel

de Holanda – Regulamenta a instalação das zonas de processamento de Exportação (ZPEs).

ÁREA SOCIAL

- MP 362/07 – Ajusta o salário mínimo para R\$ 380.

- PLS 163/03, de Lúcia Vânia – Torna obrigatória a comunicação de casos de maus-tratos contra crianças ou adolescentes ao conselho tutelar da localidade.

- PLV 04/07 (MP 335/06) – Modifica dispositivos legais relacionados a imóveis da União para facilitar a regularização de assentamentos e acesso à moradia à população de baixa renda.

- PLC 34/04, da deputada Luiza Erundina – Cria o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher.

- PLS 99/03, de Gerson Camata – Estabelece que empresas que estimulem o emprego de menores de 18 anos em trabalhos perigosos não receberão financiamentos, isenções ou qualquer outro benefício financeiro.

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

- PLS 4/06, de Cristovam Buarque – Prevê a universalização do atendimento médico e odontológico de alunos da rede pública do ensino fundamental por meio de convênio com o Sistema Único de Saúde.

- PLS 103/07, de Aloizio Mercadante – Prevê que todas as escolas públicas e particulares de educação básica e superior disponham de redes digitais de informação até o final de 2013.

- PLV 11/07 (MP 352/07) – Institui uma série de incentivos às indústrias de equipamentos para TV digital e de semicondutores.

- PLV 07/07 (MP 339/06) – Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Conforme o projeto, a aplicação dos recursos do Fundeb não isenta os estados, o Distrito Federal e os municípios da obrigatoriedade da aplicação na manutenção e no desenvolvimento do ensino, conforme prevê a Constituição.

- PLC 124/06, do presidente da República – Concede incentivos fiscais para as empresas que investirem em projetos de pesquisa

científica e tecnológica e de inovação tecnológica executados por instituição científica e tecnológica.

- PLS 186/07, de Cristovam Buarque – Retoma o programa Biblioteca do Professor, que tem por meta reforçar a formação técnica, científica e intelectual dos professores da rede pública de educação básica.

- PLV 17/07 (MP 361/07) – Institui o Auxílio de Avaliação Educacional para os servidores que participarem de processos de avaliação realizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira ou pela Fundação Capes. Também autoriza o aumento de 60 para 160 do número de controladores de voo que o Ministério da Defesa pode contratar e cria gratificações temporárias para coordenar as ações do governo nos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro.

ESPORTE E CULTURA

- PLV 1/07 (MP 342/06) – Fixa em 1% do Imposto de Renda devido o limite de dedução de incentivos concedidos por empresas a atividades esportivas e paraesportivas.

- PLV 16/07 (MP 358/07) – Altera a lei que criou a Timemania, estendendo a todos os pequenos times que tenham disputado campeonatos estaduais há pelo menos dois anos o direito de pagar suas dívidas com o INSS, com a Receita Federal e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em até 240 meses.

SAÚDE

- PLS 37/06, de Romeu Tuma – Estabelece que portadores de pneumopatias graves poderão ser isentos do pagamento do Imposto de Renda sobre proventos, aposentadorias ou reforma.

MEIO AMBIENTE

- PLV 29/06 – Veda a pesquisa e o cultivo de transgênicos nas terras indígenas e áreas de unidades de conservação, exceto nas áreas de proteção ambiental.

- PLS 176/05, de Marcelo Crivella (PRB/RJ) – Determina a veiculação de mensagens de advertência sobre a escassez de água em equipamentos e embalagens de produtos de limpeza.

PLENÁRIO Alterações definem, por exemplo, como serão cobrados os impostos das indústrias beneficiadas

Senado aprova mudanças nas ZPEs

O Plenário do Senado aprovou na quarta-feira o projeto (PLS 146/96) que faz alterações na lei que criou, no governo José Sarney, as zonas de processamento de exportação (ZPEs), estabelecendo como serão cobrados os impostos das indústrias instaladas nesses distritos. As ZPEs abrigam empresas beneficiadas com isenção de impostos, sob a condição de que destinem a maior parte da produção ao mercado externo.

O projeto aprovado nasceu em 1996, de autoria do então senador Joel de Hollanda (PE), sendo remetido à Câmara, onde tramitou por nove anos. Lá, recebeu várias emendas, que foram agora

votadas pelos senadores. Para viabilizar a aprovação, o relator do projeto na Comissão de Assuntos Econômicos, Tasso Jereissati (PSDB-CE), costurou um acordo com os senadores e o ministro da Fazenda, Guido Mantega.

O acerto prevê que o presidente Lula fará cinco vetos ao projeto, enviando a seguir ao Congresso uma medida provisória que completará o acordo. Essa negociação evitou que os senadores fizessem mudanças nas emendas introduzidas pelos deputados, o que levaria novamente a matéria ao exame da Câmara. Uma comissão de senadores acompanhará de perto os desdobramentos do projeto e a nova MP.

Lei amplia rol de impostos que empresas deixarão de pagar

Nas condições atuais, as empresas instaladas nas zonas de processamento de exportação têm suas operações de importação e exportação isentas de tributos como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

Uma das emendas aprovadas pelos deputados e mantidas pelos senadores amplia o rol de isenções, com o acréscimo, nas importações, da chamada Cofins-importação e do PIS/Pa-

sep-importação. Na exportação, a emenda também exclui a cobrança do PIS/Pasep.

A legislação exige que a área da ZPE seja alfandegada, ou seja, esteja sob controle direto da administração tributária, como ocorre com aeroportos e portos. Para acelerar o funcionamento das 17 ZPEs já autorizadas no país, uma das emendas aprovadas estabelece a criação de controles alternativos até que seja feito o alfandegamento definitivo – processo normalmente demorado.



Sarney, que criou as ZPEs quando presidente da República, afirma que Brasil poderia se igualar à China

Brasil entrará em outro patamar, diz Sarney

O senador José Sarney (PMDB-AP) afirmou que o projeto (PLS 146/96) que atualiza regras e facilita a implantação das zonas de processamento de exportação (ZPEs) levará o Brasil para um novo patamar, mais competitivo e lucrativo, no comércio mundial.

Sarney observou que o Brasil estaria inserido no mercado internacional com a mesma competitividade – ou até maior – que a China apresenta hoje caso as ZPEs já estivessem operando no país. O senador editou a legislação sobre as zonas de exportação quando era presidente da Repú-

blica, há quase 20 anos.

A senadora Roseana Sarney (PMDB-MA) agradeceu ao governo federal por ter voltado a discutir a matéria das ZPEs no Congresso e solicitou ao presidente Lula a sanção do projeto, que, em sua opinião, deverá propiciar a criação de novas indústrias e empregos no país.

– Não tenho dúvidas de que, atraídas por regime aduaneiro e cambial especial, novas empresas virão e com elas também emprego e renda de que o Brasil precisa tanto, que é indispensável também para garantir

desenvolvimento e melhorar a condição de vida da população brasileira e, em particular, a população maranhense – frisou Roseana.

Já Inácio Arruda (PCdoB-CE) previu que o projeto vai abrir um caminho distinto para o desenvolvimento do país.

– Elas [ZPEs] são fruto de uma luta histórica do senador José Sarney, abraçada pelo senador Tasso Jereissati, que foi seu relator, e que soube conduzir um acordo que permitisse a sua aprovação unânime aqui no Plenário – destacou o parlamentar.

Senado homenageia 40 anos da Zona Franca

Os 40 anos da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), completados no dia 28 de fevereiro, foram homenageados pelo Senado em sessão especial na semana passada. Os senadores destacaram, no requerimento para a convocação da sessão, a importância da Suframa para a economia brasileira e para a redução das desigualdades regionais. A superintendência foi criada no governo Juscelino Kubitschek, dando origem ao Pólo Industrial de Manaus.

Para o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), mais do que um vibrante centro industrial e comercial, a Zona Franca representa uma plataforma para expandir outras atividades, como o turismo ecológico e o aproveitamento da biodiversidade.

– Sem a Amazônia, o Brasil é um país viável, mas um país qualquer. Com a Amazônia, ele se torna inédito, especial, com possibilidades de desenvolvimento econômico e social únicas, que superam a maior parte dos países em desenvolvimento – afirmou.

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) considerou a Zona Franca um exemplo a ser seguido em outras regiões do país para eliminar as desigualdades regionais.

– A Suframa é, sob todos os aspectos, um grande sucesso. Sua chegada representou um horizonte concreto de crescimento e de prosperidade – destacou.

Veja as diferenças entre as ZPEs e a Zona Franca

Um dos pontos sensíveis da legislação criada para regular o funcionamento das zonas de processamento de exportação é saber se esse instrumento de desenvolvimento regional não provocará prejuízos às indústrias instaladas no país, especialmente às da Zona Franca de Manaus (ZFM).

Os parlamentares que defendem as ZPEs insistem em dizer que elas diferem da ZFM. E diferem mesmo, segundo o consultor legislativo do Senado José Patrocínio da Silveira, que já pertenceu aos quadros da Receita Federal. Apesar de a ZPE ser uma modalidade de zona franca, a legislação brasileira caracterizou a sua destinação como somente industrial.

Essa é uma diferença fun-

damental, segundo Patrocínio. Criada pelo Decreto-Lei 288, de 1967, a ZFM é mista. Trata-se de uma área de livre comércio de importação, exportação e de incentivos fiscais com a finalidade de criar na Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário.

No seu início, ela era voltada principalmente para o comércio. Depois se expandiu para o setor industrial. A Constituição de 1988 prolongou os benefícios fiscais até 2013. E a Emenda 42/03, conhecida como minireforma tributária, dilatou esse prazo até o fim de 2023.

Outra diferença básica é que na ZFM tudo o que é produzido pode ser vendido no mercado interno. Já as ZPEs poderiam apenas exportar seus produtos.

Mas, pelo PLS 146, de 2006, elas passam a poder vender no mercado doméstico até 20% do valor das mercadorias que tiverem a mesma classificação na Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM).

– Se um calçado estiver especificado em um código tarifário distinto de outros calçados, poderá ter vendas no mercado doméstico de até 20% do valor da sua produção – exemplifica Patrocínio.

Mas a reação contrária a esse dispositivo, principalmente das indústrias paulista e manauense, poderá alvejá-lo na definição dos vetos presidenciais. Entretanto, “a nova legislação é bastante dura na cobrança dos tributos sobre essa internação”, pondera Patrocínio.

– A empresa localizada na ZPE pagará IPI, PIS/Cofins e ICMS, equiparando essa venda interna à tributação paga por qualquer fabricante do mesmo produto no país – esclarece o consultor.

Além disso, todos os insumos importados que compõem o produto fabricado na ZPE pagarão os seis tributos federais incidentes nas operações de importação, além do ICMS. E, por fim, os insumos nacionais adquiridos pelas ZPEs também serão tributados.

Só para comparar, Patrocínio explica que os produtos fabricados na ZFM comercializados no resto do país gozam de isenção de IPI, alíquota reduzida de PIS/Cofins e não sofrem tributação sobre insumos nacionais. Com relação aos insumos importados, a Zona Franca conta com uma redução de 88% do Imposto de Importação relativo aos itens que entram na fabricação do produto final.

Além disso, a ZFM dispõe dos benefícios do Imposto de Renda concedidos aos empreendimentos localizados nas regiões da Sudam e da Sudene.

No caso das ZPEs, o governo não quer conceder isenção de IR sobre o lucro para as empresas localizadas fora da região da Sudam e da Sudene. O PLS 146 prevê cinco anos de isenção para esses empreendimentos. Para os que estiverem em zonas de processamento dessas regiões, o projeto assegura dez anos de isenção de IR, o que deve ser mantido pelo governo federal.



Indústria na Zona Franca de Manaus: produção se destina também ao mercado interno

PLENÁRIO Senadores aprovam a medida provisória que reajustou salário para R\$ 380 desde 1º de abril



Tião Viana, relator da MP, rejeitou emendas ao texto, que agora vai à promulgação pelo presidente Lula

Em vigor, novo mínimo passa sem emendas

O Plenário do Senado aprovou, na quarta-feira passada, a medida provisória (MP 362/07) que reajustou o valor do salário mínimo para R\$ 380, a partir de 1º de abril. O relator Tião Viana (PT-AC) rejeitou duas emendas que propunham um reajuste maior que os 8,57% conferidos ao mínimo pela MP 362/07. A matéria só agora vai à promulgação, mas o novo valor do mínimo já está em vigor desde a edição da MP.

Ao defender a MP 362/07, Tião Viana apontou o impacto do reajuste do mínimo sobre a recuperação do poder de compra da população e a redução da pobreza. Segundo explicou, o incremento de 8,57% nesse piso salarial, correspondente a R\$ 30, foi possível pela concessão de 3,3% de variação acumulada

do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) entre março 2006 e março de 2007 e mais 5,1% de aumento real.

Apesar do apelo do líder do DEM no Senado, José Agripino (RN), o relator rejeitou emenda do deputado Felipe Maia (DEM-RN) que garantiria um acréscimo de R\$ 10 ao mínimo. O deputado democrata também propôs uma fórmula de aumento do salário mínimo para o período de 2008 a 2011, que estaria baseada na correção do INPC dos últimos 12 meses e na incorporação do maior índice de crescimento do produto interno bruto (PIB) na seqüência histórica entre 2001 e 2011.

Tião Viana decidiu não incorporar essa emenda com o argumento de que já teria sido aproveitada em projeto de lei do Poder Executivo, em tramitação na Câmara

dos Deputados. O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) também pediu a Agripino que apóie a proposta quando a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) debater o projeto do governo.

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio, admitiu a "engenhosidade" da emenda de Felipe Maia, mas defendeu a aprovação da MP 362/07 sem mudanças. A partir da metodologia de reajuste para o mínimo proposto no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – correção da inflação mais 1,5% –, os trabalhadores não devem contar com ganhos significativos no futuro, alertou Virgílio.

Flávio Arns (PT-PR) sugeriu que se estipulasse um teto atrelado ao mínimo para os altos salários, como forma de reduzir a disparidade salarial no país.

Aprovada reestruturação da Secom

A nova estrutura da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República foi aprovada pelo Senado, na forma da Medida Provisória 360/07. A matéria seguiu à promulgação. O objetivo do governo é centralizar as políticas de comunicação institucional e divulgação social do governo em um mesmo órgão, tarefa que antes estava sob a responsabilidade da Secretaria Geral. A estrutura terá uma subchefia executiva e até três secretarias. A nova secretaria também não cria despesas, pois herda a estrutura anterior.

O secretário de Comunicação Social passa a ter status de ministro de Estado e, além de porta-voz do presidente, desempenhará funções como formular a política de comunicação e divulgação do governo; cuidar da área de pesquisas de opinião pública e publicidade e coordenar a implantação do polêmico sistema brasileiro de televisão pública.

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) reafirmou a posição contrária do partido à criação desse sistema e assinalou que o governo da Venezuela segue o mesmo caminho fechando TVs privadas.

– A idéia do presidente

Lula usando essa televisão pública quatro ou cinco horas por dia, o PSDB rejeita, somos contra isso. Eu vejo a vocação autoritária; me preocupou o apoio dado ao episódio na Venezuela, que, para nós do PSDB, foi um atentado inaceitável contra o princípio da liberdade de imprensa – frisou, com o apoio dos senadores tucanos Tasso Jereissati (CE) e Marconi Perillo (GO).

O líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), garantiu que o governo quer debater a televisão pública com o Congresso Nacional para que não seja criada uma TV "chapa branca".

O senador José Agripino (DEM-RN) disse que a secretaria foi criada para abrigar a rede de televisão

pública, com o custo de R\$ 350 milhões, e votou contra a aprovação da MP. O senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) declarou que o assunto é de extrema gravidade e que diz respeito diretamente à liberdade da vontade do povo.

Flávio Arns (PT-PR) lembrou que a proposta não traz uma palavra sequer sobre a televisão pública que o governo pretende implantar, pois trata-se apenas de uma reestruturação administrativa sem aumento de despesas ou de cargos.

Também debateram o tema os senadores Marcelo Crivella (PRB-RJ), João Pedro (PT-AM), Heráclito Fortes (DEM-PI), Wilson Matos (PSDB-PR) e Marisa Serrano (PSDB-MS).



Agripino, Virgílio, Jucá e Mercadante: debate sobre a futura TV pública

MP do Pan, do caos aéreo e do ensino vai à sanção

O Senado aprovou o projeto de conversão (PLV 17/07) proveniente da medida provisória (MP 361/07) que instituiu o Auxílio de Avaliação Educacional para os servidores que participarem de processos de avaliação realizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) ou pela Fundação Capes. O projeto também autorizou o aumento de 60 para 160 no número de controladores de voo que o Ministério da Defesa pôde contratar e criou gratificações temporárias para coordenar as ações do governo nos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro.

A medida provisória foi editada no dia 28 de março, na antevéspera do movimento dos controladores de voo que parou o tráfego aéreo brasileiro durante mais

de quatro horas. O relator da MP na Câmara, deputado Antonio José Medeiros (PT-PI), promoveu três alterações na medida original editada pelo governo, transformando-a em um projeto de conversão.

Uma delas foi diminuir em 30 dias o prazo para extinção das gratificações temporárias criadas para o Pan 2007. A previsão inicial é que elas seriam extintas em 30 de dezembro deste ano. O projeto de conversão também incluiu um dispositivo que permitiu que o professor adjunto seja considerado o segundo na hierarquia para concorrer aos postos de reitor e vice-reitor. A medida só vale nas universidades em que o cargo de professor associado ainda não está implantado.

A outra mudança foi a retirada de um artigo da lei que criou o programa Diversidade na Universidade (Lei 10.558/02) para permitir repasses de recursos ao programa por mais três anos. O programa do governo visa aumentar o acesso ao ensino superior de pessoas pertencentes a grupos socialmente desfavorecidos, como os afrodescendentes e indígenas.

Antes da votação do Projeto de Lei de Conversão (PLV 17/07), o senador José Agripino cobrou do líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), uma posição sobre o pleito de pescadores de vários estados que estão que-

rendo a prorrogação do prazo para que possam se adequar às novas exigências para a pesca da lagosta. Agripino lembrou que milhares de famílias estão impossibilitadas de exercerem sua profissão porque o governo proibiu a utilização de redes e compressores de ar.

Em uma resposta inicial, Jucá informou que o governo liberou R\$ 6 milhões para financiar os pescadores que quiserem adquirir os covos (únicas armadilhas de pesca da lagosta agora permitidas). Depois, o senador sugeriu a instituição de uma comissão para negociar junto ao governo a modificação para um tipo de linha de crédito mais vantajoso para os pescadores e também uma forma de garantir uma renda para os pescadores que estiverem enfrentando dificuldades para sobreviver enquanto não modificam seu sistema de pesca.

CCJ aprova nova carreira para a seguridade social

A reestruturação da carreira de seguridade social e do trabalho, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, foi aprovada na semana passada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O PLC 22/06 da Presidência da República ainda

será votado em Plenário. O relator Romero Jucá (PMDB-RR), líder do governo, destacou que a reestruturação extingue 2.191 cargos e, ao mesmo tempo, cria outros 1.951, para modernizar o Ministério do Trabalho.

– Isso vai melhorar a forma de organização administrativa dessa pasta – justificou.

Outro item aprovado pela CCJ foi o substitutivo do senador Pedro Simon (PMDB-RS) ao projeto de lei (PLC 6/07)

que suspende os prazos, audiências e ocorrências processuais entre os dias 20 de dezembro e 6 de janeiro e também em diversos feriados. O objetivo é proteger os interesses dos advogados e de seus clientes para que seus prazos, por exemplo, não sejam prejudicados pela morosidade do Judiciário nessas datas.

Ao mesmo tempo, o senador procurou respeitar a Emenda Constitucional 45, que determina que "a atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo vedado férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau, funcionando, nos dias em que não houver expediente forense normal, juízes em plantão permanente". A proposta será ainda votada no Plenário.

Ações na Justiça não devem parar durante o período de festas natalinas

PLENÁRIO Senadores aprovam recondução de Antonio Fernando de Souza para mais dois anos de mandato

Procurador-geral continua no cargo

O Plenário do Senado aprovou, com 53 votos favoráveis, dois contrários e duas abstenções, a recondução, para um novo mandato de dois anos, de Antonio Fernando Barros e Silva de Souza no cargo de procurador-geral da República. A indicação presidencial já havia sido aprovada, por unanimidade, na manhã de quarta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Em Plenário, enfatizaram seus votos a favor de Antonio Fernan-

do o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), e os senadores Aloizio Mercadante (PT-SP), Marcelo Crivella (PRB-RJ), Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Valter Pereira (PMDB-MS), entre outros.

Cearense, 59 anos, o advogado Antonio Fernando de Souza sucedeu, em 2005, a Cláudio Fonteles, primeiro procurador da República escolhido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele tem adotado postura independente no cargo que ocupa, tanto que apresentou ao Supremo Tribunal

Federal denúncia contra 40 pessoas envolvidas no escândalo do mensalão, entre elas o ex-ministro-chefe da Casa Civil de Lula, José Dirceu. Aloizio Mercadante lembrou que a aprovação de sua indicação, na CCJ, "marcou uma das poucas unanimidades no Senado".

Durante a reunião da CCJ em que foi sabatinado pelos senadores, Antonio Fernando defendeu a manutenção das escutas telefônicas, após decisão judicial, desde que sejam para

uso nas investigações criminais ou instrução processual penal. Ao responder ao senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), o procurador-geral avaliou que o contrário seria um "incentivo" ao crime organizado.

Antonio Fernando revelou ainda que está fazendo gestões junto ao governo para que sejam ampliados os mecanismos de segurança do material colhido durante as investigações. Para ele, as gravações, sonoras ou em vídeo, somente devem ser usadas

em juízo. Por isso, sugeriu que os responsáveis pelo vazamento das informações sejam responsabilizados.

O relator da indicação na CCJ, senador Edison Lobão (DEM-MA), afirmou que Antonio Fernando vem prestando relevantes serviços ao país, na defesa da Constituição, das instituições democráticas e dos interesses sociais e individuais. Para Lobão, o procurador "cumpre com competência os seus elevados deveres".



Antonio Fernando, na CCJ: rara aprovação unânime



Senadores se revezam no microfone para elogiar a recondução do procurador-geral da República

Jereissati elogia "isenção e independência",

Aos membros da CCJ, Antonio Fernando prometeu continuar, ao longo do seu segundo mandato, exercendo plenamente a função "com independência, imparcialidade e o rigor que todos esperam do titular do cargo".

Tasso Jereissati (PSDB-CE) elogiou o trabalho do procurador e disse esperar que ele faça, durante o novo mandato, o que fez ao longo do primeiro, período em que teria atuado "de forma exemplar, sempre prevalecendo a isenção e a independência".

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), aplaudiu o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela indicação, salientando que a não-recondução de Antonio Fernando ao cargo seria, isso sim, "um escândalo". Ele lamentou que An-

tonio Fernando não tenha sido indicado na gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. O senador Pedro Simon (PMDB-RS), por sua vez, ao se dirigir ao indicado, voltou a defender o fim do inquérito policial, para que o Ministério Público participe de todas as investigações desde o princípio.

Jefferson Péres (PDT-AM) observou que o seu voto a favor do procurador era pelo "reconhecimento e respeito" ao trabalho dos dois últimos anos. A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) aplaudiu o presidente Lula pela recondução, enquanto Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) pediu pressa e prioridade para os processos que envolvam crimes do colarinho branco.

Ideli Salvatti (PT-SC) afirmou que na mesa do procurador "não tem gaveta", referindo-se à prática de engavetamento de processos em outra gestão. Já Demostenes Torres (DEM-GO) observou que o procurador é "discreto e corajoso", salientando que ele "estava ajudando a passar a limpo o Brasil".

Também enalteciram a atuação de Antonio Fernando à frente da Procuradoria Geral da República os senadores Aloizio Mercadante, Osmar Dias (PDT-PR), Romero Jucá (PMDB-RR), Marconi Perillo (PSDB-GO), Romeu Tuma (DEM-SP), Wellington Salgado (PMDB-MG), José Agripino (DEM-RN), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Lúcia Vânia (PSDB-GO).

Acolhidas indicações de dois embaixadores

O Plenário também aprovou duas mensagens presidenciais indicando novos embaixadores. Carlos Eduardo Sette Câmara da Fonseca Costa ocupará o cargo no Paquistão e Eduardo Prisco Paraíso Ramos será embaixador no Panamá.

Carlos Eduardo foi aprovado com os votos de 53 dos 55 senadores presentes. A relatora, Serys Slhessarenko (PT-MT), ressaltou que o nome do indicado foi acatado por unanimidade na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), também diplomata de carreira, recordou que o indicado para o Paquistão foi seu contemporâneo no Itamaraty e salientou sua especialização em diplomacia multilateral e bilateral.

– Vai desempenhar muito bem essa missão espinhosa, delicada,

porém construtiva, de aumentar o relacionamento político-diplomático do Brasil com o Paquistão – assegurou Virgílio.

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), lembrando que o Brasil tem buscado aproximação com potências do hemisfério oriental, destacou a importância do Paquistão naquele contexto geopolítico para as relações Brasil-Índia, especialmente levando-se em conta os conflitos existentes entre aquele país e a Índia.

– Ele [Carlos Eduardo] é um homem bem-preparado, como em geral o são os diplomatas do Ministério das Relações Exteriores – elogiou Crivella.

Obras do canal na mira dos brasileiros

Já a indicação de Eduardo Prisco Paraíso Ramos pelo presidente

da República foi apoiada por 47 dos 49 senadores que votaram. Mão Santa (PMDB-PI), relator da indicação na CRE, recordou que Eduardo Prisco já ocupou cargo na Embaixada brasileira no Panamá há 25 anos e disse acreditar que sua atuação poderá ser favorável ao Brasil na sua indicação para as obras de ampliação do canal do Panamá, em fase de licitação.

Marcelo Crivella observou que, embora o Panamá não seja um parceiro comercial expressivo do Brasil, tem uma posição estratégica devido ao canal do Panamá.

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ressaltou o preparo de Prisco durante sua sabatina na CRE e lembrou que o diplomata terá "papel importante na defesa dos interesses brasileiros no Panamá".

Novo diretor da Ancine é aprovado pelo Plenário

O Senado aprovou, na sessão deliberativa de quarta-feira, a indicação de Mário Diamante, feita pelo presidente da República, para ocupar o cargo de diretor da Agência Nacional do Cinema (Ancine). Foram 42 votos favoráveis, quatro contrários e uma abstenção.

Ao sugerir novos caminhos a serem trilhados pela Ancine, Flávio Arns (PT-PR) assinalou que Diamante "teve participação muito boa" durante as audiências públicas nas comissões de Educação (CE) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Diamante foi aprovado por unanimidade na CE na quarta-feira. Até o momento, ele ocupava o cargo de superintendente de Desenvolvimento Econômico da Ancine e, durante a sabatina na CE, manifestou a intenção de trabalhar para tornar a indústria brasileira do

audiovisual auto-sustentável.

Embora tenha assinalado que a agência "pode se orgulhar de seus frutos", numa referência ao aumento da produção cinematográfica – de 30 filmes anuais em 2002, quando foi criada, para 70 filmes anuais atualmente –, Diamante acredita que o Brasil está aquém do seu potencial. Isso porque, disse, enquanto em todo o mundo o mercado audiovisual movimenta cerca de 342 bilhões de euros a cada ano, o Brasil se limita a 5,5 bilhões de euros.

Na véspera, o ainda diretor da Ancine, Manoel Rangel, defendeu o estabelecimento de uma política nacional de cotas para a produção audiovisual, ao participar de audiência pública que debateu o PLS 280/07, que estabelece regras para a produção de conteúdo brasileiro para distribuição por meio eletrônico.



Mário Diamante, ao lado da senadora Marisa Serrano: projeto é tornar a produção audiovisual brasileira auto-sustentável

INTEGRAÇÃO Parlamentares do bloco manifestam apoio às negociações diplomáticas com nações ricas na OMC

FOTOS: JANE ARAÚJO



Reunião em Montevideu: proposta de Mercadante (D, entre Romeu Tuma e Efraim Morais) lembra que países pobres têm sido penalizados no comércio internacional

Uruguai propõe discutir respeito da Venezuela à democracia

Uma proposta de investigação de possível atentado à liberdade de imprensa na Venezuela provocou polêmica na terceira reunião do Parlamento do Mercosul, realizada na semana passada em Montevideu.

A iniciativa partiu do deputado uruguaio Pablo Iturralde, que propôs a criação de uma comissão especial para investigar possíveis transgressões, por parte do governo venezuelano, das cláusulas democráticas e de liberdade de imprensa já aprovadas pelo parlamento. O motivo seria o fechamento da rede de televisão RTVC, ocorrida no mês passado.

A reação do deputado Alfredo Murga, da Venezuela, foi imediata. Segundo ele, há em seu país "a mais ampla liberdade de expressão que pode haver" e a proposta uruguaia é, na prática, uma interferência indevida nos assuntos internos venezuelanos.

Pelo menos oito parlamentares de diversos países se inscreveram para participar do debate. Mas como a delegação argentina teve de se ausentar da sessão, em virtude da disponibilidade de vôo, a discussão foi transferida para 30 de julho, data do novo encontro do Parlamento do Mercosul.

Mercosul defende redução de subsídio

Em sua primeira iniciativa política mais concreta, o Parlamento do Mercosul aprovou, na semana passada, uma declaração em defesa da redução dos subsídios e das barreiras comerciais impostas ao comércio internacional. A iniciativa foi proposta pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP) em apoio às posições assumidas pelos negociadores dos países-membros do bloco na Organização Mundial do Comércio (OMC), com vista à liberalização do mercado agrícola e à obtenção de acordos comerciais "equilibrados e justos".

Para Mercadante, "a declaração demonstra a unanimidade dos parlamentares [do Mercosul] em apoiar a posição dos negociadores". Ele explica que, quando a OMC foi instituída, houve o compromisso dos países ricos de reduzir os subsídios à agricultura e as barreiras à entrada de produtos agrícolas dos países mais pobres. Segundo o senador, desde o início da OMC as nações pobres abriram seus

mercados em proporção duas vezes maior que as ricas, que agora não querem conceder a contrapartida prometida.

– Os parlamentares de todos os países do Mercosul estão denunciando essa atitude, fortalecendo a nossa diplomacia e mostrando a nossa coesão na defesa do interesse dos povos da América Latina – afirmou Mercadante.

O Parlamento aprovou também declaração proposta pela

Argentina, com um apelo ao Reino Unido pela retomada do diálogo sobre a soberania das Ilhas Malvinas, motivo da guerra entre os dois países em

Declaração sobre as Ilhas Malvinas foi aprovada por unanimidade

1982. O texto da moção pede uma rápida solução para a questão "em conformidade com as resoluções das Nações Unidas e com as declarações da Organização dos Estados Americanos". A declaração foi acolhida de pé e sob aplausos.

– Felizmente, sabemos que nossas nações irmãs da América Latina apóiam nossa reivindicação de encontrar uma solução a essa controvérsia

– frisou o deputado argentino Alfredo Atanasof.

Falando em nome da delegação brasileira, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse que "esta é uma declaração muito importante, uma manifestação que marca o destino de nosso futuro".

– A realidade das Malvinas é uma questão de honra não apenas para a Argentina, mas para toda a América, um resquício do velho império colonial – observou o senador.



Deputado argentino Alfredo Atanasof: feliz com apoio das "irmãs latino-americanas"

Falta de quórum do Paraguai adia votação sobre Regimento Interno

A votação da proposta de Regimento Interno do Parlamento do Mercosul foi transferida para a próxima sessão, em 30 de julho. O adiamento se deveu à falta de quórum na delegação do Paraguai, que só compareceu com três de seus 18 representantes devido à eleição da nova Mesa do Congresso daquele país, ocorrida no mesmo dia.

O Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul exige, para a aprovação do regimento, os votos de pelo menos dez dos quatro sócios plenos: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Para evitar a realização de sessões sem o quórum para deliberação, o novo presidente do Parlamento, Roberto Conde, acatando sugestão do senador Aloizio Mercadante, decidiu que sempre haverá uma antecedência, com 72 horas de antecedência, da real possibilidade de presença dos parlamentares do bloco.

O deputado brasileiro Dr. Rosinha (PT-PR), relator do projeto do regimento – elaborado por uma comissão criada especificamente para esse fim – atribuiu às diferenças culturais a principal dificuldade no processo de definição do texto.

Agenda política inclui a integração energética

O Parlamento do Mercosul definiu, na semana passada, sua agenda de assuntos prioritários, que tem como medida inicial a realização de um diagnóstico da atual situação do mercado comum do continente. Também estão na pauta temas como a padronização normativa na área de saúde, a legislação na área de saúde animal, a livre circulação de bens culturais, as assimetrias econômicas e geográficas entre os sócios, a integração energética e o fortalecimento do próprio parlamento.

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) pediu a inclusão do combate à pobreza como ponto prioritário, sugestão que havia

sido apresentada à comissão pela delegação da Argentina, na forma de uma "melhor distribuição dos benefícios", com requalificação de mão-de-obra e investimento em educação.

– Creio que a palavra "pobreza" tem de estar no nosso debate. É uma questão até de legitimidade, pois representamos toda a população de nossos países – disse Cristovam.

Por sugestão do senador Aloizio Mercadante, foram incluídos na agenda política do Parlamento a unificação dos parâmetros macroeconômicos dentro do bloco, o acompanhamento do processo de criação do Banco do Sul e a redefinição do papel do Banco Interamericano de Desenvolvi-

mento (BID).

A delegação argentina propôs a inserção das questões aduaneiras e de reconhecimento de diplomas universitários para o exercício profissional, sugestões igualmente aceitas.

Conferência poderá debater a questão

O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) enfatizou o papel da energia como indutora da integração regional.

– É isso que consolida a nossa integração. A questão energética impõe uma integração para a América do Sul. Proponho então que, sem prejuízo da formação de comissões, a gente já prepare uma boa conferência para

discutir a integração energética – sugeriu.

Oito dos nove senadores brasileiros que integram o Parlamento participaram da sessão em Montevideu: além de Arruda, Cristovam e Mercadante, Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), Efraim Morais (DEM-PB), Pedro Simon (PMDB-RS), Romeu Tuma (DEM-SP) e Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

Dos nove deputados da delegação brasileira, sete estavam presentes: Beto Albuquerque (PSB-RS), Germano Bonow (DEM-RS), George Hilton (PP-MG), Geraldo Resende (PPS-MS), Dr. Rosinha (PT-PR), Max Rosenmann (PMDB-PR) e Cezar Schirmer (PMDB-RS).



COMISSÕES Medidas aprovadas ampliam dizeres e advertências em propagandas de remédios, alimentos e bebidas



Sob o comando da senadora Rosalba Ciarlini, a CAS aprovou pareceres a projetos que buscam proteger pessoas da exposição ao sol e de acidentes em esportes radicais

Proteção contra riscos do excesso de sol

A ameaça do câncer de pele levou a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) a aprovar parecer favorável ao projeto que cria a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde (PLC 111/05). O projeto segue para votação em Plenário.

O texto apresentado pelo relator, senador Papaléo Paes (PSDB-AP), institui a Campanha Nacional de Prevenção da Exposição Indevida ao Sol para conscientizar o cidadão sobre os riscos da exposição indevida ao sol e adotar medidas para facilitar o acesso ao protetor, bloqueador

ou filtro solar.

Por meio de leis específicas, o poder público poderá isentar ou reduzir alíquotas dos tributos que incidem sobre os produtos. O filtro solar integrará o equipamento de proteção individual do trabalhador exposto ao sol e será fornecido sem ônus pelo Sistema Único de Saúde a quem tenha doença relacionada à exposição ao sol.

O texto prevê que o governo veiculará, anualmente, nos meios de comunicação, campanha específica durante o período de férias escolares. E estabelece que os fabricantes deverão acrescentar advertência nas embalagens

e na publicidade de produtos associados à exposição ao sol.

O relator, que é médico, vê no câncer de pele uma grave questão de saúde pública que merece atenção de programas de controle. Nem pessoas saudáveis estão livres do mal, se expostas ao sol, inclusive no trabalho. O tratamento, disse Papaléo, é caro para os doentes, seus familiares e sistemas de saúde. Outras doenças como alergias, queimaduras e alterações imunológicas, surgidas ou agravadas devido à exposição ao sol, também são de tratamento oneroso. No caso do lúpus eritematoso sistêmico, Papaléo informa que, embora

não haja prova definitiva de que a ocorrência seja evitada pela prevenção à exposição ao sol,

os médicos aconselham que o doente não tome sol para não agravar seu quadro.



Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde (PLC 111/05)

O projeto institui a Campanha Nacional de Prevenção da Exposição Indevida ao Sol para conscientizar o cidadão dos riscos da exposição indevida ao sol. Para isso, o governo deve:

- veicular mensagens pelos meios de comunicação, especialmente durante o período de férias escolares de verão;
- facilitar o acesso do cidadão ao protetor, bloqueador ou filtro solar;
- promover a isenção ou redução das alíquotas dos tributos que incidem sobre o protetor, o bloqueador e o filtro solar. Esses produtos farão parte do equipamento obrigatório de proteção de quem trabalha exposto ao sol;
- fornecer, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), filtros, protetores ou bloqueadores solares

ao portador de doença causada ou agravada pela exposição ao sol; e

- exigir que as embalagens e a publicidade de produtos associados à exposição ao sol tragam advertências sobre os riscos e as consequências do excesso desse comportamento.

Riscos da exposição ao sol

- câncer de pele;
- alergias;
- queimaduras;
- alterações imunológicas;
- lúpus eritematoso sistêmico (pode não ser causada pela exposição ao sol, mas os portadores da doença são aconselhados a não se expor para não agravar a doença).

Como os raios de sol fazem mal à pele?

- Entre 9 e 15h, a exposição ao sol é prejudicial.
- Dois tipos de luz ultravioleta, presentes nos raios solares, causam danos à saúde: **UVA** e **UVB**.
- Os raios UVB atingem a camada externa da pele (epiderme) e são responsáveis por **80%** dos danos provocados pelo sol. São eles que causam a sensação de ardência e as queimaduras, podendo provocar câncer de pele.
- Os raios UVA atravessam com mais facilidade a camada de ozônio e penetram mais profundamente na pele. São responsáveis pelo bronzeamento da pele, mas podem causar danos.

Como os filtros solares protegem a pele?

- Os filtros e protetores solares podem proteger a pele com dois tipos de agentes: os físicos ou os químicos.
- Os agentes físicos bloqueiam a radiação ultravioleta. São em geral óxido de titânio e de zinco, usados sob a forma de uma pasta opaca que reflete a luz, impedindo a absorção da radiação solar.
- Já os agentes químicos são substâncias transparentes que absorvem os raios solares ao interagirem com a radiação, impedindo sua ação na pele.

Fonte: Faperj e Instituto de Química da UFRJ. Pesquisa coordenada pelo professor Gerardo Gerson Bezerra de Souza (2002).

Remédios podem ter nova advertência aos usuários

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) aprovou parecer favorável ao projeto do senador Osmar Dias (PDT-PR) que substitui a advertência em embalagens e publicidade de medicamentos. Pelo projeto (PLS 328/06), em vez do dizer atual "consultar o médico se os sintomas persistirem", deve ser publicada a frase "consultar um médico antes de consumir qualquer medicamento".

O relator, senador Augusto Botelho (PT-RR), que é médico, entende que a frase atual induz à automedicação, sugerindo que o paciente deve usar o medicamento e, sem cura, consultar o médico. Já a nova advertência, disse, terá efeito contrário.

Ele argumenta que a publicidade de atual tenta vender saúde em comprimidos e xaropes, como se

a boa saúde pudesse ser adquirida na farmácia da esquina. O relator reconhece as controvérsias sobre a relação direta entre propaganda de medicamentos e enfermidades, mas não tem dúvidas quanto à influência da publicidade sobre escolhas e hábitos de consumo.

A CCT acolheu ainda projeto que exige que propagandas de alimentos e bebidas informem o valor energético dos produtos (PLS 121/05). A relatora, senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), acatou sugestão da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) para incluir a quantidade ideal do produto para ingestão diária, com base nos índices fixados pelas autoridades.

Um exemplo é o nível de sódio, uma vez que sua ingestão excessiva pode elevar os riscos de hipertensão arterial, fator de risco para doenças cardiovasculares.

CCJ amplia indenizações a vítimas do Césio

O projeto que amplia o grupo de pessoas indenizadas por exposição ao Césio 137 (PLC 27/04) foi aprovado na semana passada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O acidente aconteceu há 20 anos, em Goiânia.

A proposta, que segue para a CAS, inclui entre os beneficiados os "servidores e empregados públicos, civis ou militares, que em exercício de suas atividades foram expostos à radiação", desde que comprovem por meio de exames que foram vítimas. O relator na CCJ, Marconi Perillo (PSDB-GO), declarou que "chegou a hora de a União arcar com suas responsabilidades". Durante a votação, estavam presentes trabalhadores que removeram o césio, hoje com câncer ou problemas ósseos.

CAS é favorável a limites para os esportes radicais

A prática de esportes radicais, como bungee jump e rapel, pode ganhar regras no país. A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou parecer favorável a projeto que estabelece regras para esses esportes. O projeto (PLS 403/05) do senador Efraim Morais (DEM-PB) foi relatado pelo senador Cícero Lucena (PSDB-PB) e agora vai a Plenário.

Segundo o autor, acidentes graves, envolvendo principalmente jovens, em esportes radicais, como bungee jump e rapel, são registrados, inclusive com mortes. Especialistas, desportistas e autoridades demonstram preocupação com a falta de regras nessa área para evitar práticas inseguras, às vezes irresponsáveis, de quem

oferece esses esportes.

Pelo projeto, instrutores e responsáveis pela preparação dos locais e operação de equipamentos deverão ser comprovadamente qualificados. Já o comprador de material usado nesses esportes deverá ser profissional autônomo ou entidade habilitada a prover os serviços e será certificado. A certificação deve ser exigida pelos estabelecimentos que comercializam equipamentos e insumos. Caso contrário, o infrator fica sujeito a multa e pena de detenção de seis meses a dois anos.

Os equipamentos devem receber ainda selo de controle de qualidade do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro).

AGRICULTURA Mudança nos parâmetros usados para desapropriação de imóvel rural é criticada por senadores

Atualização de índices de produtividade divide opiniões

O diretor do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), César José de Oliveira, afirmou em audiência na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), na quarta-feira passada, que o órgão deve atualizar os índices de produtividade rural, usados como parâmetro para desapropriação visando à reforma agrária. Ele destacou que a medida está prevista na Lei 8.629/93 e que os índices vigentes têm como referência dados do censo agropecuário de 1975, portanto, com 32 anos de defasagem.

– Estamos agindo estritamente de acordo com determinação prevista na legislação. Não se trata de uma vontade do Incra e sim do cumprimento da lei – ressaltou.

Oliveira, que representou na audiência o presidente do Incra, Rolf Hackbart, detalhou a forma de aferição dos índices, a metodologia aplicada na elaboração da proposta e deu exemplos de resultados que devem ser alcançados a partir dos novos parâmetros.

O projeto visa ajustar o indicador de produtividade de 38 produtos vegetais e a lotação pecuária (número de animais) das propriedades, por meio de dados do censo agropecuário 1995/1996 e da Pesquisa Agrícola Municipal 2000-2004 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O técnico de Planejamento e Estudos, do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea), Guilherme Delgado também defendeu a atualização dos índices, frisando que a medida decorre do cumprimento de um preceito

constitucional.

– Assim, teremos condições de estabelecer uma política agrária que favoreça a produtividade e a eficiência – disse Delgado.

Já o assessor da Embrapa Eliseu Alves afirmou que os índices do Incra não atendem ao princípio da racionalidade econômica. Ele argumentou que o rendimento da terra deve estar relacionado com medidas de eficiência econômica do estabelecimento agrícola e não só com a extensão de terra aproveitada ou número de cabeças de gado por hectare.

– Dependendo dos preços do produto e do insumo, ter um rendimento baixo da terra pode ser uma decisão correta – assinalou.

O representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Leôncio Brito, também se manifestou contra a proposta do Incra. Ele afirmou que o objetivo do órgão é aumentar o estoque de terras para desapropriação. Atualmente, disse, 58 mil propriedades rurais (134 milhões de hectares) estão passíveis de desapropriação.

– Aproximadamente 113 mil imóveis rurais classificados como grandes propriedades rurais (214 milhões de hectares) poderão ser vistoriados e potencialmente passíveis de desapropriação – disse Brito.

A CRA aprovou requerimento dos senadores João Ribeiro (PR-TO) e Expedito Júnior (PR-RO) para que seja realizado um debate com representantes da Embrapa sobre o Projeto de Lei do Senado 260/07, que institui a Política Nacional de Integração da Lavoura-Pecuária. A matéria é de autoria de Expedito Júnior.



Senadores da CRA participam de audiência com representantes do Incra, Ipea e entidades do setor

Para senadores, proposta do Incra prejudica produtores

A proposta do Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra) para os novos índices de produtividade rural recebeu críticas de senadores durante audiência pública realizada na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), presidida pelo senador Expedito Júnior (PR-RO). Os senadores Kátia Abreu (DEM-TO), Osmar Dias (PDT-PR) e Jonas Pinheiro (DEM-MT) criticaram os índices definidos pelo governo.

O debate foi uma iniciativa de Kátia Abreu. Ela justificou o requerimento argumentando que o setor agropecuário é contra a proposta do governo federal de atualização dos índices de produtividade das propriedades rurais para fins de desapropriação.

A parlamentar avalia que, com os índices de produtividade propostos pelo governo, o número de propriedades passíveis de desapropriação será praticamente duplicado, passando de 58 mil para 113 mil.

Kátia Abreu lembra que as 58 mil propriedades rurais atualmente classificadas como improdutivas pelo governo

representam 134 milhões de hectares, o que equivale a três vezes a área atual de plantação de grãos no país.

– Com a mudança proposta pelo governo federal, esse número aumenta para 113 mil propriedades rurais, totalizando 214 milhões de hectares, que poderão ser vistoriados e considerados potencialmente passíveis de desapropriação. Isso é um absurdo – disse a senadora.

A representante do Tocantins questionou também o fato de o governo federal determinar a fixação de índices de produtividade para a manutenção da propriedade apenas no setor rural. A parlamentar pelo Democratas argumenta que para nenhum outro setor da economia há a fixação de índice de produtividade.

– Ninguém mede a função social de uma indústria pela sua produtividade. Ninguém vai pressionar a indústria automobilística para que diminua a produção de carros porque a demanda diminuiu. Mas se

o produtor rural diminuir sua produção, ele pode perder sua propriedade – observou a senadora durante a audiência pública na CRA.

Kátia Abreu é relatora do projeto de lei de autoria da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) que dispõe sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade (PLS 202/05).

Já o senador Osmar Dias considerou um absurdo que o agropecuarista perca o direito sobre sua propriedade por não ter condições de investir para atender aos critérios mínimos da produtividade exigidos pelo Incra.

– Acabo de ouvir uma barbaridade do sr. Guilherme Delgado (representante do Instituto de Política Econômica Aplicada presente na audiência): “se o sujeito não tem capital para investir, tem que entregar a terra ao Incra”. E o Estado cumpriu sua função social com este proprietário? – questionou Osmar Dias.

Pesquisador do Ipea diz que medida está prevista na Constituição

Fazendas passíveis de desapropriação podem chegar a 113 mil



Lúcia Vânia propõe que o Ministério da Agricultura participe dos critérios para desapropriações

Lúcia Vânia quer envolver Ministério da Agricultura

A senadora Lúcia Vânia propõe que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento tenha uma maior participação na avaliação de produtividade dos imóveis rurais. A Constituição federal determina que tais imóveis devem ser produtivos nos termos da lei, sob pena de ficarem sujeitos à desapropriação para fins de reforma agrária. Mas a lei em questão (8.629/93) prevê que a definição dos índices mínimos de produtividade é incumbência exclusiva do Instituto Nacional de Colonização e Reforma

Agrária (Incra).

Mas, se por um lado a lei não prevê a participação do Ministério da Agricultura na fixação dos índices de produtividade, por outro determina que o ajuste será realizado por esse ministério em conjunto com o do Desenvolvimento Agrário, ouvido o Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA). Na justificativa de seu projeto (PLS 202/05), Lúcia Vânia considerou uma

incoerência o fato de o Ministério da Agricultura e o Conselho de Política Agrícola participarem da revisão dos indicadores de produtividade, mas não opinarem em sua fixação.

– Propomos a correção dessa distorção, determinando que os indicadores de produtividade sejam fixados pelos ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário, com a

aprovação do CNPA – disse Lúcia Vânia.

O projeto da senadora prevê ainda que, depois da fixação dos indicadores de produtividade, haja prazo de dois anos, no caso de lavouras temporárias, e de cinco anos, no caso de lavouras permanentes e de exploração pecuária, para que as propriedades rurais possam se adequar aos novos valores.

O projeto está na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) desde 6 de junho, onde aguarda a designação de relator.

Proposta da senadora aguarda designação de relator na CAE

AGRICULTURA Produção de grãos cresce 5,3% e governo anuncia liberação de R\$ 70 bilhões para os agricultores



Colheita de soja no município de Primavera do Leste, em Mato Grosso: regularidade climática garante aumento da produção, mesmo com a redução da área plantada

Produtividade do Brasil ainda é baixa

A produção brasileira de grãos cresceu 5,3% em 2006, atingindo 119,9 milhões de toneladas. Isso ocorreu apesar da redução da área plantada em 3,7%. O aumento de produtividade pode ser explicado pela regularidade climática verificada na maioria das regiões produtoras, de acordo com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Os resultados positivos na região Sul, cuja produção é estimada em 51 milhões de toneladas – 27% superior à safra anterior –, puxaram para cima a produção brasileira de grãos. Esse incremento resulta diretamente da regularidade climática e o elevado percentual de crescimento é explicado pela baixa produtividade obtida nas duas safras anteriores. Nas demais regiões, à exceção do Nordeste, o clima ajudou, mas o impacto da redução de área plantada foi

mais forte, contribuindo para a queda da produção.

Mas, a despeito desses números, a produtividade rural no Brasil de maneira geral ainda é baixa, tanto nas atividades da agricultura quanto nas de pecuária. Tomando como exemplo a pecuária de corte, nota-se que aqui cada funcionário produz por hora entre 10 e 25 quilos de carne (dependendo do tamanho da propriedade). No Canadá e nos Estados Unidos, por exemplo, os índices são de 184 e 170 quilos, respectivamente. Os dados são da CNA, em parceria com a organização internacional Agri Benchmark.

Num outro extremo do cenário mundial, a China também tem baixa produtividade do trabalho – aproximadamente a metade da brasileira. Mas os salários muito baixos (cerca de US\$ 0,13 por hora de trabalho) fazem com que os custos de mão-de-obra

sejam pequenos, da ordem de US\$ 5,07 por 100 quilos de carne vendidos. A produtividade econômica é muito maior que a produtividade física. Ou seja, a produção por trabalhador é pequena, mas como o ganho individual é pequeno, a receita do produtor acaba elevada.

No Brasil, levando em conta propriedades analisadas nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, o custo da mão-de-obra varia entre US\$ 16 e US\$ 40 por 100 quilos de carne. Isso devido a uma média salarial de US\$ 4 por hora, maior apenas que na China e na Polônia. Portanto, a produtividade econômica aqui também é maior que a produtividade física. Só que a discrepância entre uma e outra é menor que na China.

Já na América do Norte, os salários são altos, mas a produtividade também elevada acaba compensando os custos com mão-de-obra. Assim, no Canadá o custo do trabalho é de US\$ 8,50 por 100 quilos de carne e, nos Estados Unidos, de US\$ 6,40.

Governo prevê investir R\$ 70 bilhões

Em dois eventos realizados na semana passada, o governo federal anunciou a liberação de R\$ 70 bilhões para a agricultura brasileira. Para o Plano Agrícola e Pecuário (PAP), dirigido aos grandes produtores rurais, lançado quinta-feira em cerimônia no Palácio do Planalto, os recursos chegam a R\$ 58 bilhões. Já para o Plano Safra da Agricultura Familiar, foram destinados R\$ 12 bilhões.

Os dois planos prevêem redução das taxas de juros e ampliação dos limites de financiamento. No caso do PAP, os juros caíram de 8,75% para 6,75%, podendo chegar a 6,25% para médios agricultores. No caso dos agri-

cultores familiares, os juros, que variavam de 1% a 7,25%, foram reduzidos para taxas entre 0,5% e 5,5%.

No caso da agricultura empresarial, os limites de financiamento vão de R\$ 100 mil a R\$ 400 mil, enquanto, para os agricultores familiares, o teto varia de R\$ 3,5 mil a 28 mil.

Houve alteração também no limite de renda anual dos beneficiários nos dois programas destinados ao setor. Para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), serão atendidas

famílias com renda bruta anual a partir de R\$ 4 mil. No caso do Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (Proger Rural),

o produtor deve obter rendimento anual de até R\$ 22 mil.

Para assistência técnica a pequenos agricultores, o montante liberado chega a R\$ 178 milhões, incluindo

R\$ 10 milhões destinados ao setor de combustíveis renováveis. Para grandes agricultores, os programas de financiamento coordenados pelo governo destinam R\$ 8,9 bilhões.

Juros menores e mais crédito para produtores familiares e empresariais

Avanço da reforma agrária não evita invasão de terra

Entre 1964 e 2006, o governo brasileiro disponibilizou cerca de 64 milhões de hectares para 930 mil famílias, em quase 8 mil projetos de assentamentos e de colonização, conforme dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Só em 2006, o governo Lula desapropriou 800 mil hectares e assentou mais de 42 mil famílias.

A despeito disso, 2005 foi marcado por invasões de terras. O país passou pelo chamado março vermelho, por causa das invasões de propriedades pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Um relatório da Ouvidoria Agrária Nacional registrou 110 invasões no primeiro trimestre, sendo 69 delas apenas em março.

Duas invasões de protesto

tiveram grande repercussão na opinião pública: de uma propriedade da empresa Aracruz Celulose, em 8 de março, e da Câmara dos Deputados, em 6 de junho. Na invasão da Aracruz, no município de Barra do Ribeiro (RS), cerca de 2 mil militantes da Via Campesina destruíram laboratórios e 1 milhão de mudas de eucaliptos, com perdas de pesquisas sobre cruzamentos genéticos

e seleção de espécies. Foram denunciados à Justiça 37 integrantes do movimento.

Na invasão da Câmara, integrantes do Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST) deixaram 41 feridos. Na ocasião, 32 integrantes do grupo foram presos por depredação, sendo libertados depois por decisão da Justiça Federal.

Em 22 anos, 930 mil famílias foram assentadas em 8 mil projetos

Critérios para desapropriação

Veja os critérios para que um imóvel rural seja considerado improdutivo pelo Incra:

- Grau de Utilização da Terra (GUT) menor que 80%: do total da área aproveitável do imóvel, pelo menos 80% devem estar cultivados com lavouras, pastagens, exploração florestal ou extrativista para que a propriedade seja considerada produtiva.

- Grau de Eficiência na Exploração (GEE) menor que 100%: refere-se à produção ou lotação de unidades animais por hectare. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária tem tabelas que apresentam, para cada tipo de exploração agrícola, extrativista ou florestal, as quantidades mínimas por hectare, por região do país, assim como o número mínimo de animais para cada região. Caso a média dos rendimentos ou de lotação de animais por hectare não atinja o mínimo definidos nas tabelas, o GEE será menor que 100%.

- Para o imóvel se classificar como improdutivo, basta não alcançar um dos índices GUT ou GEE.

- Para ser desapropriado, o imóvel deve ser de grande porte. A lei estabelece como grande propriedade aquela que tenha mais de 15 módulos fiscais. O Incra tem uma tabela com a dimensão de módulo fiscal para cada município brasileiro.

INVESTIGAÇÕES

Comissão analisa dados técnicos e problemas para melhorar remuneração de controladores de voo



Ao lado do senador Tião Viana, o brigadeiro Renato Pereira defendeu investimentos no setor

CPI do Apagão Aéreo vota relatório parcial

Nesta terça-feira, às 10h, a CPI do Apagão Aéreo vota o relatório parcial do senador Demóstenes Torres (DEM-GO) sobre segurança aérea, além de requerimentos que deixaram de ser analisados na semana passada por falta de quórum.

Na última reunião, o presidente da CPI, senador Tião Viana (PT-AC), apenas leu comunicado do Centro de Comunicação Social da Aeronáutica sobre vazamento

para a imprensa de documento sigiloso que analisa estrategicamente o controle do espaço aéreo brasileiro para orientar aperfeiçoamentos no setor entre 2006 e 2009. Tião Viana afirmou que serão tomadas as "providências administrativas" cabíveis.

O comunicado explica que, na parte do documento em que é feita referência à "obsolescência de equipamentos", o texto trata da necessidade de adaptação do sistema a orientação da

Organização da Aviação Civil Internacional sobre radares com a tecnologia de satélite. Assim, os equipamentos atuais somente ficarão obsoletos quando da implantação de tal tecnologia.

"O Comando da Aeronáutica assegura que os sistemas e equipamentos empregados no controle do espaço aéreo atendem aos quesitos de segurança e eficiência, permitindo que nosso espaço aéreo figure entre os melhores do mundo", diz o texto.

Brigadeiro sugere auditoria na segurança de voo

O brigadeiro Renato Cláudio Costa Pereira, ex-secretário da Organização de Aviação Civil Internacional (Oaci), sugeriu que a entidade faça uma auditoria independente na segurança de voo nacional. Ele entende que o sistema brasileiro tem deficiências que, se não forem cuidadas, vão se agravar e que o sistema em uso são antigos, "mas é tão bom que continua funcionando".

O relator da CPI, senador Demóstenes Torres (DEM-GO), questionou sobre os riscos de o Brasil ser rebaixado de categoria por organismos internacionais de aviação. Pereira afirmou que decisões como essa "são também políticas". Se o Brasil perder o status de "país

de primeiro mundo" na aviação, o Brasil não fará mais parte da hierarquia da instituição.

Pereira considera que notícias – como a de que uma pane em um computador teria parado um aeroporto em São Paulo – geram uma crise de credibilidade junto a organismos internacionais de segurança de voo, como a Oaci.

– Se continuar assim por mais um tempo, as pessoas que voam vão achar que isso é normal – disse, com a certeza de que o comandante da Aeronáutica conseguirá lidar com o problema.

Para Pereira, a desmilitarização do controle de tráfego aéreo é usada como um "passo para privatizar o controle do tráfego aéreo".

Falta de investimentos ameaça aviação do Brasil

Renato Pereira afirmou que, desde 1995, o Brasil não aplica os recursos necessários para investimento nos órgãos que administram o controle do espaço aéreo. Por isso, o sistema estaria em "desequilíbrio". Ele afirmou que o Brasil sempre teve um sistema de "primeiro mundo", mas que a falta de investimentos coloca essa qualidade em risco.

– Trata-se de uma atividade complexa, sofisticada, que lida com tecnologia de ponta. O Brasil teve capacidade de implementar um dos melhores sistemas de controle do espaço aéreo do mundo, mas a administração do sistema tende a se deteriorar se não receber recursos adequados para cumprir seu planejamento de longo prazo. Isso causa um risco incrivelmente aumentado de termos problemas – afirmou.

Pereira informou que a Oaci cuida das normas de segurança da aviação civil mundial. Destacou que o Brasil continua respeitado no transporte aéreo internacional e doméstico. Mas ele se preocupa com a "leitura que se está fazendo lá fora" das crises contínuas ligadas à administração e ao gerenciamento do espaço aéreo brasileiro. Na opinião do brigadeiro, isso "pode acarretar prejuízo para a posição do Brasil na organização".

– Estamos vivendo uma crise continuada e, se não for feita alguma coisa séria, vamos conviver com ela durante muito tempo.

Linhas aéreas podem ser remanejadas

Em reunião reservada, na quarta-feira, a CPI do Apagão Aéreo discutiu se houve autorização para funcionamento de linhas aéreas acima da capacidade de gerenciamento dos aeroportos. O relator da CPI, Demóstenes Torres, afirmou que até o fim de julho devem ser realizadas revisões e redistribuições de horários de vôos, especialmente nos aeroportos de São Paulo e Brasília, os mais congestionados.

– Há várias empresas com vôos nos mesmos horários, assim não há controladores nem pistas suficientes – disse.

Na reunião, foi apresentado aos senadores documento secreto da Aeronáutica sobre a situação do controle aéreo. Demóstenes declarou que o documento traça um cenário "ruim" e que é necessário haver investimentos na manutenção e na atualização tecnológica do sistema.

– Há equipamentos obsoletos, que funcionam bem, mas sem recursos começam a dar problema de manutenção.

O senador defendeu a necessidade de o Ministério da Defesa "assumir seu papel" e montar uma política aeronáutica.

– Hoje faltam recursos, falta infra-estrutura, falta coordena-

ção – frisou.

Demóstenes propôs que a Organização de Aviação Civil Internacional (Oaci) realize auditoria independente sobre a segurança de voo no Brasil. Em sua opinião, isto é imprescindível para que o país recupere sua credibilidade internacional e os passageiros tenham tranquilidade para voar.

O presidente da Infraero, José Carlos Pereira, reconheceu a necessidade de mais investimentos no controle aéreo nacional, especialmente em recursos humanos, em qualificação e número de pes-

soas trabalhando no setor.

Pereira ressaltou que não há excesso de linhas aéreas, e que apenas é preciso melhorar a distribuição das existentes. Ele informou que somente a partir de outubro de 2005 o Brasil passou a ter um gerenciamento nacional das linhas aéreas, o que facilita a organização da distribuição das linhas.

Também foram ouvidos o presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Milton Zuanazzi; o diretor do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea), Ramon Borges Cardoso; e o representante do Ministério da Defesa, Jorge Godinho Barreto Neves.



Em primeiro plano, José Carlos Pereira, Ramon Cardoso e Milton Zuanazzi chegam para reunião reservada na CPI

Especialista condena gratificação a controladores

O brigadeiro Alvaro Pequeno, presidente da comissão CNS/ATM, acredita que a concessão de gratificação aos controladores de voo gerará uma crise, já que o salário dos sargentos será maior do que o de seus superiores.

Ele defendeu a instalação de novas tecnologias que substituem o sistema de radar pelo de satélites. O CNS/ATM é a sigla em inglês de um sistema de gerenciamento de tráfego aéreo. A tecnologia começou a ser estudada no mundo em 1991, quando foi diagnosticado que os modelos antigos de controle aéreo não atenderiam à demanda do século 21. O CNS/ATM

construiria um "espaço aéreo sem costura", explicou.

Apesar de representar um conceito global, a tecnologia CNS/ATM seria implantada em âmbito regional. O brigadeiro defendeu que o Brasil seja líder na implantação do sistema na América Latina e Caribe. O especialista afirmou que poderia ser criada "uma constelação internacional de satélites" para evitar que os EUA detenham o controle sobre a tecnologia.

– Se nosso sistema não for de primeiro mundo, o comércio Norte-Sul, entre Europa e Estados Unidos e os países do Sul será afetado – disse.

Professor quer mudar a tecnologia de controle aéreo

O professor de Direito Aeronáutico Georges de Moura Ferreira destacou, em reunião da CPI do Apagão Aéreo, que o Brasil sempre foi considerado no "topo da linha" da aviação civil internacional. Ele lembrou que o país foi um dos primeiros a participar das convenções internacionais que normalizaram essa modalidade de transporte e teve papel importante nas decisões sobre o assunto.

O professor considera que o Brasil deveria migrar para a tecnologia CNS/ATM (de controle de tráfego aéreo por satélite), apesar das dúvidas sobre a conveniência de deixar tanto poder nas mãos dos Estados Unidos, pois este país

controla o sistema.

Para o especialista, nesse setor de satélites, "a soberania já não existe". Ele citou como exemplos tecnologias como a que seria utilizada no sistema bancário, além das tecnologias de telefonia celular e de TV a cabo, que dependem de satélites que pertencem a países estrangeiros.

Georges Ferreira enfatizou que o Brasil tem muito espaço para crescer em termos de aviação civil, se a frota nacional for comparada com a americana. Enquanto toda a frota comercial nacional conta com 250 aviões, só a empresa norte-americana United Airlines, segundo ele, tem cerca de 750 aeronaves.

CONSELHO DE ÉTICA

Mesa pode decidir sobre crise no Conselho de Ética; PSDB quer impedimento de Quintanilha



Renan diz que Senado está trabalhando e produzindo normalmente: “a verdade prevalecerá”; Quintanilha pediu parecer jurídico sobre atuação do Conselho de Ética

Tião Viana: crise é “muito grande”

O vice-presidente do Senado, Tião Viana, disse, na sexta-feira, que a Mesa pode ser obrigada, em breve, a interferir no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar quanto ao processo contra o presidente do Senado, Renan Calheiros. Viana lembrou que o conselho não votou o relatório que sugere o arquivamento da representação e também não assumiu uma posição diante das acusações.

– A representação dirigida ao conselho diz respeito mais a

uma queixa-crime do que a uma quebra de decoro parlamentar – declarou.

Para Tião Viana, todos constataam que a crise é “muito grande” e que Renan Calheiros “luta com todas as suas forças para fazer sua defesa”. Por outro lado, observou, “os senadores convencidos da culpa do presidente do Senado apresentam suas denúncias e indignações”.

– A pressão é muito grande em todo o Senado, principalmente por parte da imprensa e da sociedade

brasileira, que querem o esclarecimento e a apuração do caso. Não sei qual é o limite dessa crise, sei que é muito ampla e intensa e definir seu limite é precipitado – declarou.

Tião Viana disse que a decisão de licenciar-se ou renunciar é de Renan Calheiros. Ele declarou ainda que “só o Supremo Tribunal Federal, após solicitação do presidente do Conselho de Ética e do Ministério Público, poderá autorizar processo investigativo sobre Renan”.

Tião Viana disse também que o senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), novo presidente do Conselho de Ética, precisa esclarecer as denúncias de que tenha participado de fraudes em licitações, para que os membros do colegiado decidam se sua situação é ou não compatível com a permanência na função. Quintanilha enfrenta processos de investigação no STF e na Procuradoria Geral da República.

Para o parlamentar, as acusações contra Quintanilha suscitarão

muita pressão política para que ele renuncie. As novas denúncias, disse, provocam “mais uma crise no Conselho de Ética”.

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), divulgou nota “em defesa da instituição”. Nela, pede o afastamento de Quintanilha da presidência do conselho. “O quadro se agrava”, conclui Virgílio.

O senador Epitácio Cafeteira (PTB-MA), de licença médica, soltou nota pedindo a votação de seu relatório, pelo arquivamento do processo.

Quintanilha é eleito, indica Casagrande e pede tempo

Na quarta-feira, logo após vencer por 9 votos a 6 o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) na disputa pela presidência do Conselho de Ética, o senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) indicou o senador Renato Casagrande (PSB-ES) como relator do processo contra o presidente do Senado, Renan Calheiros.

Casagrande, que defende o aprofundamento das investigações, aceitou a relatoria, mas, no dia seguinte, revelou-se surpreso com o recuo de Quintanilha. O senador do PSB informou que o novo presidente do Conselho de Ética havia desistido do convite, pressionado pelo PMDB.

No mesmo dia, Quintanilha negou à imprensa que tivesse desconvocado Casagrande por pressão do PMDB ou do próprio Renan. Quintanilha afirmou que manteve o convite, mas antes queria sanar dúvidas quanto a possíveis “impropriedades do processo”. Por isso pediu à consultoria jurídica do Senado um parecer técnico.

– Para não cometer erros, quero orientação jurídica – explicou.

Casagrande agora diz esperar nova definição de Quintanilha e das condições políticas do conselho.

– Se uma solução demorar, o ambiente no Senado vai piorar muito – prevê.

Renan reafirma inocência e diz que não se intimidará

O presidente do Senado, Renan Calheiros, criticou o processo no Conselho de Ética. Para ele, o colegiado não cumpre seu papel, e fica “numa zona cinzenta”.

– É importante que absolutamente tudo se esclareça – declarou, pedindo que seu julgamento seja exclusivamente técnico, baseado nas provas apresentadas, e não em um “processo político”.

Renan Calheiros, que recebeu solidariedade do presidente Lula, disse que já provou a inocência e não se intimidará.

– Querem assassinar minha honra, mas não têm provas – afirmou, criticando parte da imprensa.

Calmon entrega fitas. Renan aponta chantagem

O advogado da jornalista Mônica Veloso, Pedro Calmon, entregou ao Conselho de Ética seis CDs com conversas de sua cliente com Renan e Cláudio Gontijo, que comprovariam as relações entre Renan e o lobista.

Almeida Lima (PSDB-SE) acusou Calmon de mentir ao Conselho de Ética ao negar as gravações. Calmon, porém, “disse apenas que os documentos em circulação eram falsos”. Para Renan, o fato prova que estava submetido a “intimidações e chantagens”.

Sibá recebe apoio, mas Jarbas aponta “trapalhadas”

No discurso em que Sibá Machado buscou esclarecer a renúncia à presidência do Conselho de Ética, entre os 12 senadores que elogiaram a postura do colega, o senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) condenou as “trapalhadas” do colegiado no caso.

Jarbas pediu a presença de Pedro Simon (PMDB-RS) no conselho e voltou a defender o afastamento de Renan da Presidência da Casa, por entender que o Senado corre o risco de se desmoralizar e “ficar sangrando e fedendo”.

– O Congresso não pode mergulhar mais na lama em que se encontra. A situação está ficando insuportável – afirmou.

PSOL protocola representação contra Roriz por falta de decoro

A presidente nacional do PSOL, ex-senadora Heloisa Helena, protocolou na quinta-feira, juntamente com o senador José Nery (PSOL-PA), representação para que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar abra processo contra o senador Joaquim Roriz (PMDB-DF) por quebra de decoro parlamentar. O pedido baseou-se em escuta telefônica divulgada pela imprensa em que Roriz, que foi quatro vezes governador do Distrito Federal, aparece discutindo a partilha de R\$ 2,2 milhões com o ex-presidente do Banco de Brasília Tarcísio Franklin de Moura, preso na Operação Aquarela, realizada conjuntamente pela Polícia Civil, Receita Federal e



A presidente do PSOL, Heloisa Helena, protocola, ao lado de José Nery, pedido de abertura de processo no Conselho de Ética

Ministério Público para apurar a formação de quadrilha que tinha por objetivo desviar de recursos do banco.

– Espero que o conselho atue com isenção e transparência e cumpra suas atribuições como

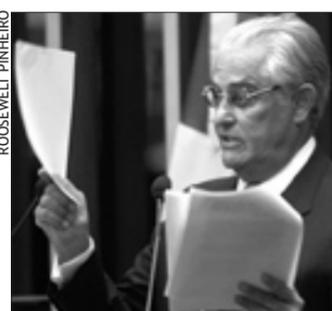
determina o regimento interno da Casa – afirmou Nery.

Paralelamente, o PSOL promoveu manifestação em frente ao Congresso pela apuração das denúncias contra Roriz e Renan Calheiros (PMDB-AL).

Senador rebate acusações no Plenário em tom emocionado

O senador Joaquim Roriz foi ao Plenário do Senado, na quinta-feira, se defender das denúncias contra ele e disse ter passado os últimos dias pedindo força e coragem à Virgem Maria. Afirmou ter encaminhado aos senadores documentação que comprovaria a legalidade de empréstimo de R\$ 300 mil do empresário Constantino Oliveira, dono da Gol Linhas Aéreas, e que o dinheiro foi usado para pagar uma bezerra comprada em leilão.

Roriz apresentou ainda duas folhas em branco com sua assinatura, uma destinada ao Supremo Tribunal Federal (STF), para autorizar a abertura dos sigilos fiscal, bancário e telefônico dele, de sua



Entre lágrimas, Roriz não concedeu apartes e, depois, foi rezar na Catedral de Brasília

esposa e de suas filhas, e a outra, à Polícia Federal, para investigar a existência de contas bancárias em seu nome, no país ou no exterior, que não as do Banco do Brasil (BB) e do Banco de Brasília (BRB). O senador Tião Viana (PT-AC), que presidia a sessão, não considerou adequado enviar um papel em branco com assinatura, e sugeriu a Roriz que fizesse as autorizações.

COMISSÕES Ministro da Integração Nacional diz que voto popular legitimou projeto no rio São Francisco



O ministro Geddel (no canto, à direita) apresenta dados sobre o projeto no São Francisco

Transposição não vai parar, garante Geddel

O ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, afirmou, na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), que os manifestantes que acampam nas proximidades das obras do projeto de transposição do rio São Francisco, iniciadas no mês passado, não têm legitimidade para exigir a paralisação do projeto, pois não foram eleitos para governar.

– O projeto foi aprovado por maioria esmagadora do povo brasileiro na última eleição do presidente Lula e, assim, o governo tem legitimidade para executar o projeto – declarou Geddel.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) havia questionado sobre o diálogo do ministério com o bispo dom Luiz Flávio Cappio – um dos

líderes dos manifestantes. Geddel disse que, logo ao assumir o ministério, há dois meses, telefonou a Cappio e o convidou para uma conversa no ministério, mas nunca recebeu “nem um telefonema do bispo”.

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) defendeu que se faça antes a revitalização do rio São Francisco, mas o ministro disse achar que a revitalização deve ser feita “antes, durante e depois” da transposição. Geddel ressaltou que, durante visita na semana passada à nascente do rio, testemunhou a necessidade da preservação permanente.

– Vi garrafas de plástico jogadas no rio, bombas retirando água numa vazão maior do que a permitida por lei e outras ações

predatórias – frisou Geddel.

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) se disse preocupado com a previsão de que somente daqui a três anos o canal norte, que levará água para os sertões de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, estará pronto, enquanto que o canal leste, que beneficiará parte do sertão e o agreste de Pernambuco e da Paraíba, deverá estar pronto primeiro.

Cícero Lucena (PSDB-PB) assinalou que, por falta da água que a transposição levará a vários estados do Nordeste, milhares de pessoas já passaram fome. Ele argumentou que a transposição em nada ameaçará o rio, pois utilizará apenas uma pequena parte da sua vazão.

Ministro apóia recriação da Sudeco

O ministro Geddel Vieira Lima se disse favorável à recriação da Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (Sudeco). Geddel, que prometeu se empenhar junto ao governo para que a proposta avance, afirmou que a recriação ampliará o leque de instituições autorizadas a trabalhar com os recursos do Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FCO), operados pelo Banco do Brasil (BB) desde a extinção da

agência regional.

– Esse tipo de competição só vai melhorar o atendimento das demandas que são apresentadas pela região – comentou.

O senador Valter Pereira (PMDB-MS) havia criticado a burocracia no exame de projetos de financiamento demandados aos fundos de desenvolvimento regional – além do FCO, há os fundos regionais do Nordeste (FNE) e Norte (FNO). Em relação ao FCO, o senador ressaltou que

a atuação do BB tem sido “ruinosa para a economia da região”, porque o banco tem vinculado seus próprios interesses, como empresa, na apreciação dos pedidos de financiamento.

Valter Pereira citou o caso de empresário do setor cerâmico que teve proposta de financiamento negada pelo BB, para a expansão das atividades, porque no passado havia ganhado na Justiça ação em que questionava juros cobrados pela instituição.

Ferrovias apontam a rota ideal

Apesar dos benefícios observados após a privatização do transporte ferroviário, parte da malha ainda opera em condições distantes das ideais. Parcerias público-privadas (PPPs) para obras aumentariam a competitividade – seja pela expansão e modernização dos serviços, seja pela eliminação dos gargalos de infra-estrutura – e a integração de corredores de exportação. Essa foi a “receita” apresentada pelo diretor-executivo da Confederação Nacional do Transporte (CNT), Bruno Batista, em debate na Subcomissão Tem-

porária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios, presidida pelo senador Delcídio Amaral (PT-MS).

O diretor-executivo da Associação Nacional dos Transportes Ferroviários (ANTF), Rodrigo Vilaça, opinou que um marco regulatório do setor é fundamental, pois atualmente, observou, pendências jurídicas dificultam a gestão da recuperação das ferrovias. Mesmo assim, informou, nesta primeira década pós-privatização a iniciativa privada já investiu R\$ 12 bilhões e pagou, em impostos, R\$

6,2 bilhões.

O direito de qualquer trem trafegar por qualquer trilho, sem restrições – a passagem universal – foi defendido pelo diretor técnico da Associação Nacional dos Usuários do Transporte de Cargas (Anut), Renato Voltaire Araújo. Ele sugeriu que seja feita uma experiência com as novas concessões que serão oferecidas, como a da Ferrovia Norte-Sul.

Também participou da audiência pública o diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Noboru Ofugi.

Municípios pedem apoio a senadores

Em audiência pública promovida pela Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Roberto Ziulkoski, chamou a atenção para a diferença crescente entre a arrecadação da União, dos estados e dos municípios, e as responsabilidades de cada um desses entes federativos. Ele defendeu a definição das competências federativas e a destinação, conforme as respectivas responsabilidades, da arrecadação, como forma de resolver o problema.

O presidente da CNM lembrou que desde a Constituição de 1988, as responsabilidades dos municípios com os serviços essenciais têm aumentado com a descentralização tributária, enquanto a União tem aumentado a arrecadação criando tributos

sociais, como a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), e elevando alíquotas da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), que saltou de 9% para 32% do faturamento.

Além disso, observou Ziulkoski, os prefeitos precisam obedecer os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o que não ocorre em relação à União.

O presidente da subcomissão, senador Cícero Lucena (PSDB-PB), assinalou que o governo federal dispõe de R\$ 30 bilhões anuais da CPMF, que foi criada para dar suporte às ações de saúde, mas entra com apenas 30% dos recursos para o programa Saúde da Família.

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), que já presidiu a subcomissão, sugeriu que a luta em prol dos municípios centrasse esforços em dois ou três projetos de lei específicos, pois os senadores têm inúmeras outras demandas e não poderiam atender um espectro muito amplo de reivindicações.

Rosalba Ciarlini (DEM-RN), Jayme Campos (DEM-MT) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) também defenderam propostas que beneficiam os municípios.



Ziulkoski cobrou do Congresso as regras de responsabilidade fiscal aplicáveis à União

Regras para programas de TV saem dia 12

O secretário Nacional de Justiça, Antonio Carlos Biscaia, prorrogou até o dia 12 de julho o prazo para analisar as sugestões de mudanças da Portaria 264, que trata da classificação indicativa de programas, filmes e qualquer outra obra audiovisual exibidos pelas emissoras de televisão e outros meios. A decisão sobre as propostas será anunciada nesta data.

– Quero deixar claro que o novo prazo será absolutamente final – alertou o ex-deputado, durante audiên-

Dispensa de análise prévia pode criar problemas, diz César Borges

cia pública sobre o assunto na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Como ministro interino da Justiça, ele assinou o adiamento, publicado no Diário Oficial da União (DOU) do dia 27 de junho.

A portaria, cuja aplicação vem sendo adiada desde maio a pedido da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abert), estabelece horários para a exibição dos programas de acordo com sua classificação por faixa etária. Os programas exibidos entre 6h e 20h devem ser apropriados a qualquer faixa etária. Mas os diversos fusos horários do Brasil têm causado proble-

mas à programação em rede das grandes emissoras. As emissoras apontam como um dos principais problemas a imposição de horário para a exibição de programas adequados aos diferentes fusos do país, como foi destacado no debate pelo representante da Abert, Evandro Guimarães. Atualmente, um programa ve-

culado em rede nacional às 21h, pelo horário de Brasília, acaba sendo exibido às 19h no Acre – ou 18h, durante a vigência do horário de verão.

O novo adiamento dá mais tempo para que sejam sanadas as divergências, manifestadas também pela classe artística, sobre supostas restrições à liberdade de expressão. Para o senador César Borges (DEM-BA), a Portaria 264 pode efetivamente trazer esse risco, pois um dispositivo obriga a solicitação, pelas emissoras, de dispensa de análise prévia dos conteúdos de cada programa, a partir de sinopses que devem ser apresentadas ao Ministério da Justiça, com cinco dias para manifestação pela área responsável. Desse modo, disse o senador, a dispensa de exame prévio irá se tornar não a regra, mas a exceção.

COMISSÕES

Adição de 5% de biodiesel pode ocorrer já em 2010

O governo quer antecipar de 2013 para 2010 a adição de 5% de biodiesel ao óleo diesel vendido ao consumidor final, com a implementação das unidades de produção desse combustível, afirmou na quinta-feira Ricardo Dornelles, diretor do Departamento de Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia (MME). A informação foi prestada durante audiência na Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), que discutiu propostas para estimular a implantação do Programa de Biodiesel na região Nordeste.

Dornelles explicou a criação do chamado "Selo Combustível Social", instituído pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, que consiste em um conjunto de medidas para promover a inclu-

são de agricultores familiares. O enquadramento social de projetos ou empresas produtoras de biodiesel, disse, permite acesso a melhores condições de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a outras instituições financeiras, como também garante direito a concorrências em leilões de compra do produto.

Também presente ao debate, José Milton Vieira, assessor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, afirmou que o desafio será incluir novas matérias-primas no programa de biocombustível, com objetivo de fomentar o desenvolvimento. Hoje, frisou, as ações estão concentradas no cultivo da mamona como biodiesel, mas, no futuro, poderão ser explorados o pinhão manso e a macaúba.



Campanha em Taguatinga (DF) mostra como identificar larvas do mosquito transmissor da doença

Avanço da dengue preocupa especialistas

A situação do Brasil em relação à disseminação da dengue é grave e por isso seu controle deve ser colocado como prioridade entre as ações de saúde no país. O alerta foi feito pelo secretário substituto de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, Fabiano Pimenta Júnior, durante audiência na Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde. Ele pregou a integração de ações entre União,

estados e municípios.

Para o secretário-executivo do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), Jurandi Frutuoso, o combate à doença requer esforços diários e apoio da população. Conforme informou, 90% dos focos do mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue, estão localizados em residências.

Ele propôs a aprovação, pelo Congresso, de legislação que permita aos agentes entrar nos do-

micílios para prevenir a doença. Estudos mostram que somente no estado do Rio de Janeiro, 40% das residências não são visitadas por estarem fechadas ou porque os proprietários impedem a entrada dos agentes alegando motivos de segurança.

Papaléo Paes (PSDB-AP), que preside a subcomissão, Augusto Botelho (PT-RR) e Rosalba Ciarlini (DEM-RN) pediram mais recursos federais para as ações de combate à dengue.

Mais de 246 mil casos da doença em 2007

Este ano foram notificados, até abril, 246 mil casos de dengue, um crescimento de 20% em relação ao mesmo período de 2006. A epidemia é mais grave em Mato Grosso do Sul, Paraná, Maranhão, Alagoas, Ceará e na cidade do Rio de Janeiro. No verão de 2001/2002, foi registrado o ápice da epidemia, com mais de 800 mil casos notificados.

Os dados de vigilância epidemiológica mostram que 70% dos casos ocorrem entre janeiro e maio, mas a região Norte e o litoral do Nordeste apresen-

tam casos em todas épocas por conta da abundância de chuva e calor. As grandes metrópoles são os principais focos da doença já que o tratamento precário do lixo oferece criadouros para o mosquito.

A doença pode assumir a forma hemorrágica, mais grave, por conta da introdução de novos tipos da dengue no país. Por conta disso, a taxa de letalidade é de quase um em cada dez doentes.

Fonte: Luiz Carlos Romero, consultor legislativo do Senado Federal

"Futuro da Amazônia exige cooperação entre países"

A preservação dos recursos naturais e o desenvolvimento sustentável da Amazônia dependem da cooperação entre os oito países que integram a região, disse na quinta-feira a secretária-geral da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), Rosalía Arteaga Serrano, durante audiência conjunta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e da Subcomissão Permanente da Amazônia.

Rosalía recordou previsões de que as geleiras dos Andes, que

originam os rios amazônicos, podem derreter até 2050.

– O trabalho conjunto é um imperativo – constatou.

Augusto Botelho (PT-RR) lembrou que povo local representa "a mais importante riqueza" da região. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), presidente da subcomissão, informou que serão convidados para novos debates os reitores das universidades localizadas nos estados amazônicos.

Também participaram da audiência Marco Maciel (DEM-PE),



Mozarildo acompanha exposição de Rosalía Serrano durante audiência pública

Cristovam Buarque (PDT-DF), Romeu Tuma (DEM-SP), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Paulo Duque (PMDB-RJ).

Audiência discute gestão de florestas

Em audiência na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), o diretor-geral do Serviço Florestal Brasileiro, Tasso Rezende de Azevedo, garantiu que o sistema eletrônico utilizado pelo Ibama é eficaz para detectar fraudes em autorização para a exploração florestal. A

declaração foi dada em resposta ao senador Renato Casagrande (PSB-ES), presidente da Subcomissão Permanente sobre Aquecimento Global, que perguntou sobre as investigações da Polícia Federal e do Ministério Público sobre falhas nesse tipo de serviço mantido pelo instituto.

Azevedo apresentou o Relató-

rio Anual de Gestão das Florestas Públicas de 2006. Para Casagrande, o relatório cumpre o objetivo de prestar contas ao Congresso e à sociedade.

Questionado por Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) sobre dificuldades do Serviço Florestal, Azevedo disse não haver restrição financeira, mas de pessoal.



Presidente da Subcomissão de Biocombustíveis, João Tenório (D) preside debate com José Vieira e Ricardo Dornelles (D)

Senadores cobram incentivo para produção do Nordeste

Autor do requerimento para realização da audiência, César Borges (DEM-BA) cobrou uma política específica de incentivos fiscais e creditícios para incrementar a produção de biodiesel no Nordeste. Ele reivindicou, também, um programa de sementes selecionadas para serem usadas pelos pequenos agricultores.

Cícero Lucena (PSDB-PB) também cobrou compromisso assumido pelo presidente Lula para construção de uma fábrica de biodiesel em seu estado. O representante da Petrobras no debate, Mozart Queiroz, infor-

mou que a empresa tem estudos de viabilidade para construção de usinas de biodiesel em muitos municípios brasileiros, inclusive na Paraíba.

O senador João Tenório (PSDB-AL) ressaltou que o Nordeste se caracteriza por excedente de mão-de-obra e terras pobres, e manifestou a "angústia de seus representantes" ao ver que o governo não está dando prioridade à região.

– Há preconceito contra o Nordeste, pois o semi-árido nordestino não pode competir com terras do Triângulo Mineiro ou de Ribeirão Preto – disse.

"Demanda por energia deve subir 52% em 30 anos"

A demanda mundial por energia deverá aumentar em 52% nos próximos 30 anos. A previsão é da representante da Agência Internacional de Energia (IEA), Barbara Mckee, que participou do seminário internacional "O Papel dos Combustíveis Fósseis na Sustentabilidade e Segurança Energética", promovido pelas comissões de Serviços de Infra-Estrutura (CI), do Senado, e de Minas e Energia, da Câmara.

Para atender a essa demanda, ela apontou a ampla utilização do carvão, o que permitiria o acesso à energia pelos mais po-

bres, por ser o mais barato em relação a outros combustíveis. Os efeitos negativos causados ao meio ambiente com as emissões de gás carbônico poderiam ser eliminados, segundo ela, com a captura e o armazenamento do gás sob o solo com segurança. O desafio, disse, será fazer isso a baixo custo.

O presidente da CI, Marconi Perillo (PSDB-GO), defendeu no seminário um amplo debate sobre a matriz e a segurança energética do Brasil. Para ele, essas são questões fundamentais para definir o desenvolvimento sustentável do país.

SANEAMENTO Problemas ambientais relacionados a lixo preocupam; soluções apresentam vantagens e desvantagens

Municípios não sabem o que fazer com lixo produzido

Cerca de 70% dos municípios brasileiros não destinam de forma adequada o lixo produzido pela população. A afirmação foi feita pelo presidente da Associação Brasileira de Empresas de Tratamento de Resíduos (Abetre), Diógenes Del Bel, em audiência que discutiu os problemas ambientais decorrentes dos lixões. O debate foi promovido pela Subcomissão sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos, presidida pelo senador Cícero Lucena (PSDB-PB).

Tanto Diógenes quanto o coordenador nacional do Comitê de Resíduos Sólidos da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes), José Dantas de Lima, defenderam uma política nacional de resíduos sólidos, para compatibilizar competências federais, estaduais e municipais, bem como da sociedade civil, na área da Abetre, que reúne empresas especializadas em aterro, processamento e incineração de resíduos industriais.

A política, afirma Diógenes, deve "viabilizar as condutas adequadas e coibir as inadequadas". Ele citou consultoria da Price Waterhouse, que identificou os empecilhos para melhorar a qualidade ambiental junto às empresas e à legislação do setor.

– Ninguém sabe em que condições estão armazenados os resíduos industriais ou se os padrões de qualidade ambiental são atendidos. Os passivos ambientais no Brasil crescem ou decrescem? As metas de qualidade ambiental são adequadas? – perguntou o presidente da Abetre.

Dantas de Lima lembrou que os lixões são responsáveis pela poluição do ar e das águas, acúmulo de urubus, proliferação do mosquito da dengue e de ratos, liberação de gases e odores e contaminação do solo pelo chorume, que provocam impactos sobre a fauna e a flora. Ele calcula que existam cerca de 500 mil catadores vivendo em lixões – "sem contar os catadores de rua" –, alertando que a queima

de resíduos por essas pessoas produz fumaça e gera danos ao meio ambiente e à saúde. (leia mais na página 15)

Dantas disse ainda que é preciso unificar a atuação dos órgãos que tratam de resíduos sólidos, para que falem a mesma linguagem e resolvam problemas com critérios comuns, processos e licenciamentos simplificados.

O representante da Abes alertou para a necessidade de inventariar as áreas degradadas por lixões e recuperá-las por meio de um fundo nacional, advindo de multas ambientais. A inserção social dos catadores de lixo, disse, também é fundamental, com a implantação de programas de reciclagem. Ele pediu aos senadores que utilizem papel reciclado em seus gabinetes.

Por fim, Dantas de Lima informou que o Ministério do Meio Ambiente encaminhará ao Senado proposta de política nacional de resíduos sólidos.



Na subcomissão presidida por Cícero Lucena (ao centro), técnicos defenderam unificação da ação e dos critérios de órgãos que tratam dos lixões

Para onde vão os resíduos

O lixo é coletado ou pelas prefeituras ou por uma companhia particular e levado a um depósito. Lá pode haver uma seleção inicial de materiais reaproveitáveis – basicamente metal. A partir daí, o destino do lixo causa maior preocupação. A Grande São Paulo, por exemplo, descarta 59% de seu lixo em aterros sanitários; outros 23% seguem para os lixões. O restante pode ir ainda para usinas de compostagem, incineradores ou reciclagem.

A disposição do lixo é diferenciada tecnicamente em:

Aterro sanitário: utilizado para a disposição de resíduos sólidos no solo, particularmente lixo domiciliar. São feitos estudos geológico e topográfico para selecionar a área a ser destinada para que sua instalação não comprometa o meio ambiente. Também é feita a impermeabilização do solo com argila e lona plástica para evitar infiltração dos líquidos no solo, que são drenados através de tubulações até uma lagoa de tratamento. Embora apresente garantias razoáveis do ponto de vista sanitário, o aterro sanitário tem desvantagens, como desperdício de matérias-primas e ocupação sucessiva de locais dentro dos perímetros urbanos.

Aterro controlado: técnica que não causa danos ou riscos à saúde pública e minimiza impactos ambientais. Confina os resíduos sólidos, cobrindo-os com uma camada de material inerte. Produz poluição localizada, pois a área de disposição é minimizada. Geralmente não dispõe de impermeabilização de base (comprometendo a qualidade das águas subterrâneas), nem sistemas de tratamento de chorume (líquido de cor preta, mau cheiroso e de elevado potencial poluidor produzido pela decomposição da matéria orgânica contida no lixo) ou de dispersão dos gases gerados. Este método é preferível ao lixão, mas inferior ao aterro sanitário.

Lixão: local onde os resíduos sólidos são depositados a céu aberto, sem medidas de proteção ao meio ambiente ou à saúde pública, sem levar em

consideração a área em que está sendo feita a descarga, o escoamento de líquidos que podem contaminar as águas superficiais e subterrâneas, a liberação de gases (principalmente metano, que é inflamável), o espalhamento do lixo pelas redondezas e a possibilidade de criação de animais como porcos, galinhas etc. Os lixões trazem problemas à saúde pública, como proliferação de moscas, mosquitos, baratas, ratos etc.) e poluição do solo e das águas superficiais e subterrâneas através do chorume, comprometendo os recursos hídricos.

Incineração: processo de decomposição térmica, onde há redução de peso, do volume e das características de periculosidade dos resíduos, com a conseqüente eliminação da matéria orgânica e dos riscos de transmissão de doenças. A redução de volume é geralmente superior a 90% e em peso, superior a 75%. Tecnicamente, é a solução mais segura para, por exemplo, o lixo hospitalar, cuja incineração não é permitida em fornos de produção de clínquer (as chamadas "cimenteiras"). Um estudo da Associação Brasileira de Limpeza Pública mostra que os sistemas modernos de incineração usam computadores para controlar todo o processo antes, durante e após a combustão, atuando na depuração de gases e geração de energia. Em países como Alemanha, Japão, Suíça e EUA há prédios construídos com plantas para atender às exigentes normas de proteção ambiental.

Quem produz mais lixo no Brasil

A. Conforme o tamanho dos municípios

Tamanho	População	Toneladas de lixo (por dia)	%
Com menos de 10 mil habitantes	13.841.174	8.123	5
De 10 mil a 20 mil	18.525.650	13.198	8
De 20 mil a 50 mil	32.116.273	23.098	13
De 50 mil a 100 mil	22.307.614	19.675	11
De 100 mil a 200 mil	17.888.880	16.112	9
De 200 mil a 500 mil	28.318.325	26.578	15
De 500 mil a 1 milhão	14.746.720	17.354	10
Acima de 1 milhão	41.349.260	50.003	29
Total, no Brasil	189.093.896	174.141	100

B. Na média de quilos de lixo diários por habitantes

Estado	KG/habitante - por dia
DF	1,273
SP	1,211
AM	1,197
RJ	1,162
AP	0,987
ES	0,952
PA	0,929
RN	0,903
AC	0,893
AL	0,892

Fonte: Panorama de Resíduos Sólidos Urbanos 2006, da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe)

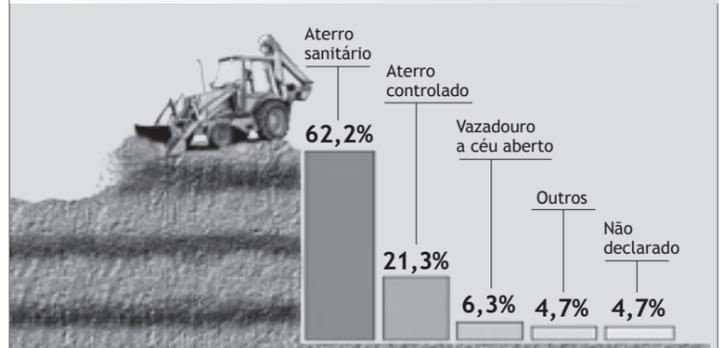
O que tem na lixeira do brasileiro



- 57,41% Matéria orgânica
- 16,49% Plástico
- 13,16% Papel/papelão
- 2,34% Vidro
- 10,60% Outros

Fonte: Panorama de Resíduos Sólidos Urbanos 2006, da Abrelpe

Destinação final do lixo



Fonte: Panorama de Resíduos Sólidos Urbanos 2006, da Abrelpe

SANEAMENTO Organização da coleta de lixo avança, mas há muito desperdício do potencial de reciclagem do país

Número de catadores supera 500 mil

Elas podem ser vistas re- virando sacos de lixo nas ruas das cidades, nos parques públicos ou junto a supermercados e prédios comerciais. Alguns, à falta de um animal de tração, puxam as próprias carroças que pouco a pouco vão enchendo com garrafas plásticas ou latas de alumínio. No México são conhecidos como pepenadores. Na Argentina, cartoneros. Os peruanos os chamam de moscas.

Cada país adota um nome próprio para designar os catadores de lixo. Em comum, registram o fato que o número de pessoas que vivem do lixo está crescendo e já são famílias inteiras em favelas e cortiços ao lado ou no alto de aterros sanitários que lhes garantem sua única fonte de renda. No Brasil, seriam mais de 500 mil, de acordo com os dados do censo do IBGE, de 2000.

De atividade econômica marginal a trabalho de famílias que lutam para sair da miséria absoluta, a catação de lixo já é, ao mesmo tempo, fonte primordial de matéria-prima para as cerca

de 600 usinas de reciclagem do país e o embrião de um movimento social que já ganhou uma entidade oficial e até encontro, no Palácio do Planalto, com o presidente da República.

Em todo o Brasil, o retrato é o da falta de coleta de lixo de qualidade e de locais adequados para a sua destinação. Dos milhares de toneladas de lixo que o país produz diariamente, quase 70% são jogados a céu aberto, em lixões improvisados que representam graves riscos à saúde não só dos catadores, mas de toda a população.

Crianças e adolescentes que trabalham no lixo lidam com restos de comida, cacos de vidro, ferros retorcidos, plásticos pontiagudos e despejos com resíduos químicos, e portanto, estão expostos a doenças que seriam facilmente evitadas como diarréias, tétano, febre tifóide, tuberculose, doenças gástricas e leptospirose.

Atuação dos governos é bastante limitada

A norma, na maioria dos países do continente, é que os

catadores de lixo trabalhem por dinheiro, sem contrato e benefícios médicos ou securitários. Os governos, diante da falta de perspectivas para redução do desemprego entre aqueles que não tem formação, em geral adotam medidas paliativas.

Em outubro de 2003, o presidente Lula criou o Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de Lixo, integrado por representantes de dez ministérios. O grupo tem se dedicado a ações de treinamento e capacitação, além de programas de socorro social por meio de iniciativas como o Fome Zero, por exemplo.

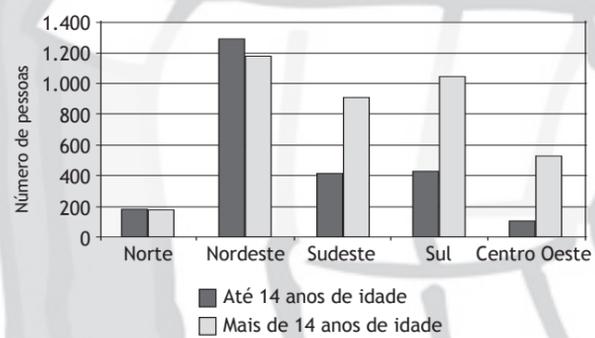
Na Argentina, o legislativo municipal de Buenos Aires aprovou lei em 2003 que obriga os cartoneros a se cadastrar para obter licença oficial, incorporando-os ao sistema sanitário formal

e reduzindo a influência das máfias que vivem do lixo.

Em Assunção, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o governo paraguaio in-

vestem quase US\$ 500 milhões em um projeto de aumento de renda e melhoria dos padrões de vida dos milhares de famílias de gancheros, que reciclam lixo em um aterro municipal na capital do país.

Número estimado de pessoas que residem nos lixões (por grupos de idade, segundo as regiões do Brasil - 2000)



FOTÓ: GERALDO MAGELA



No Brasil, maior parte do lixo é depositada em lixões, como o da Estrutural, no Distrito Federal, onde a coleta é inadequada, expondo os catadores a problemas de saúde

Reciclando mais, Brasil teria outros R\$ 4,6 bilhões por ano

Nos países mais industrializados da América Latina, o negócio da reciclagem cresceu rapidamente. Ao longo da fronteira do México com os Estados Unidos, por exemplo, empresas são contratadas para coletar, processar e vender materiais descartados nas casas, comércio e indústria. No Brasil, segundo pesquisa realizada em 2006, são desperdiçados R\$ 4,6 bilhões por ano porque não se recicla tudo o que poderia.

O problema é que, se o Brasil é considerado um grande "reciclador" de alumínio (em 2002, 87% de todas as latinhas foram reaproveitadas), ainda reutiliza pouco vidros, plástico, latas de ferro e pneus que consome. Somente 37% do papel de escritório é reciclado e menos de 50% da produção de papel ondulado ou papelão são reciclados.

Esse cenário poderia mudar se houvesse estímulo governamental a programas de coleta seletiva. As mais de 600 usinas de reciclagem que utilizam a mão-de-obra dos 500 mil catadores de lixo do país também reclamam dos altos tributos: sobre a reciclagem de plástico incide Imposto sobre Produtos Industrializados de 15%.

– Assim, as cooperativas têm dificuldades para adquirir o equipamento básico, como prensa – diz André Vilhena, diretor da Associação do Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre), fundada em 1992 e mantida por 22 empresas privadas de diversos setores.

Segundo pesquisa da Cempre, apesar do baixo percentual de tratamento, a coleta seletiva cresceu 38% nos dois últimos anos e atinge 327 cidades (6%), onde cerca de 25 milhões de brasileiros têm acesso aos programas – o que não significa que estejam engajados neles.

Destino final do lixo é a maior ameaça ecológica

Atualmente, a produção anual de lixo do planeta é de aproximadamente 400 milhões de toneladas. Ou seja, cada ser humano produz pouco mais de 1 quilo de lixo por dia. O estudo Panorama de Resíduos Sólidos 2006, publicado pela Associação Brasileira das Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), confirma esse número e revela que, entre os maiores produtores de lixo (Distrito Federal e São Paulo à frente) e os que menos produzem diariamente (Maranhão e Rondônia), a diferença pode chegar a até 50% (confira na tabela).

É um desafio coletar e dar destino adequado a esse volume de resíduos. Dos municípios brasileiros com mais de 50 mil habitantes, 73% têm lixões, uma forma poluente e equivocada de disposição final dos resíduos sólidos urbanos (veja página ao lado). Eles incentivam a presença de catadores, adultos e crianças, contaminam lençóis de água e contribuem para aumentar o número de doenças transmissíveis.

Onde não há coleta, as pessoas terminam jogando o lixo em terrenos baldios e nas redes pluviais, o que impede o escoamento da água de chuva e do esgoto, causando alagamentos e enchentes. Mesmo em locais de difícil acesso, deve haver coleta. Em algumas cidades, a coleta em ruas mais estreitas pode ser feita com carrinhos de mão.

A coleta seletiva facilita e estimula a reciclagem. Isso porque o material estará mais limpo e com maior potencial de aproveitamento.

Salvador coleta 115 mil toneladas por mês

Em Salvador, das quase 115 mil toneladas de lixo geradas a cada mês pela população de 3,1 milhões de habitantes, a parte reciclada é quase insignificante: 2,3 mil toneladas. Foram, só no ano passado, produzidas 1.373.000 toneladas de resíduos. O entulho é o que mais preocupa, porque os outros materiais têm tratamento especializado. Por isso, um dos dois depósitos de lixo da capital baiana, o Aterro de Canabrava, recebe basicamente o entulho de construções.

O segundo depósito é o Aterro Metropolitano Centro, próximo ao município de Simões Filho. Foi o mais recentemente aberto e emprega uma tecnologia capaz de reduzir o risco de contaminações pelo solo, água ou ar. Ao depósito, só têm acesso caminhões-compactadores.

– Lá não permitimos a entrada dos badameiros (catadores) – explica Ana Vieira, chefe de assessoria e planejamento da empresa de limpeza urbana municipal (Limpurb).

As 20 cooperativas de catadores de lixo cadastradas são responsáveis por recolher todo o material reciclável e levar para as recicladoras. Elas podem receber o material direto das residências e das empresas, ou receber da Limpurb tudo o que é coletado nos Postos de Entrega Voluntária (PEVs) colocados nas ruas.

A coleta seletiva da Limpurb divide-se em quatro grupos (dados de 2006): 53%, ou 728 mil toneladas por ano, são resíduos sólidos urbanos (provenientes do comércio e das residências); 44% são resíduos da construção civil (605 mil ton/ano); 2,5% vêm dos resíduos vegetais das feiras livres e das podas das árvores (34 mil ton/ano); e 0,5% perfazem o chamado lixo hospitalar (7 mil ton/ano).

Voz do Leitor

EMENDA 3

"Se o veto à Emenda 3 ao projeto da Super-Receita for derrubado pelo Congresso Nacional, o Brasil será transformado em um país de mendigos e de escravos explorados por ladrões. A desvalorização do ser humano na Argentina é evidente. Por que agora fazer do futuro do Brasil uma nova república argentina?"

Sérgio Augusto Dibner Maravalhas, de Curitiba (PR)

TRABALHADOR RURAL

"Gostaria que o Senado buscasse aperfeiçoar a legislação para que o trabalhador rural possa regularizar sua situação trabalhista e previdenciária."

Rildo Alves de Oliveira, de Desterro (PB)

AMAZÔNIA

"Concordo com o ex-vice-presidente dos Estados Unidos Al Gore. A Amazônia não pertence ao Brasil, mas a toda a Humanidade. E parabeno o senador Fernando Collor por ter proposto homenagem a Al Gore."

Domingos Laurentino da Silva, de Amaraji (PE)

DEBATES

"Parabeno o Jornal do Senado pela visão ampla e democrática, dando sempre espaços aos mais diferentes argumentos, idéias e debates de nossos parlamentares e mesmo aos leitores. É um espaço onde podemos saber o que acontece em nosso país e ainda opinar. Além disso, o jornal traz resenhas de cultura e memória do Brasil."

Maestro Aldo Moraes, de Londrina (PR)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

MOBILIZAÇÃO

"Analisando o contexto político brasileiro, percebo uma necessidade de mobilização social. Espero que a população, no próximo pleito eleitoral, aposente os velhos coronéis que ainda existem. Sugiro que seja dada uma oportunidade à juventude ativa, que, com certeza, fará uma transformação libertadora por amor ao povo."

Paulo Sérgio Santos, de Pentecoste (CE)

MEIO AMBIENTE

"Elogiável o programa da Secretaria de Meio Ambiente do Rio de Janeiro, que transforma óleo queimado em combustível não-poluente. Além da geração de empregos, a iniciativa ajudará a despoluir a Baía de Guanabara."

Fábio Tavares, de Marechal Hermes (RJ)

EDUCAÇÃO

"O processo educativo brasileiro precisa da utopia. Precisa apresentar uma proposta de possibilidade de futuro. Não temos um projeto social viável para apresentar aos nossos alunos e filhos, mas precisaremos abrir uma janela na história, prepará-los para que façam seu próprio projeto."

Zaqueu Batista de Oliveira, de Feira de Santana (BA)

PRESOS

"Sai caro construir presídios e manter lá os presos todo o tempo necessário. Mas sai mais caro diminuir a pena e soltá-los. São poucos os que não voltam a fazer a mesma coisa ou que não cometem crime pior ainda."

Nestor Calbo Ramos, de Canoas (RS)

Pergunte ao Senador

RESPONSABILIDADE FISCAL

Juvêncio Leite, de Pirapozinho (SP)

"Levando-se em conta que o próprio ministro do Trabalho diz que o país precisa de mão-de-obra especializada, o que impossibilita o governo de realizar cursos técnicos e especializações para os trabalhadores?"

O senador Expedito Júnior (PR-RO) responde:

Juvêncio, o governo federal tem priorizado o ensino técnico no Brasil, tanto que a criação de escolas técnicas tem sido muito maior no atual governo, comparando-se com os anteriores. Eu também tenho um compromisso com a formação de mão-de-obra especializada, afinal sou o oitavo filho de uma família numerosa que contou com o meu trabalho para ajudar no sustento da casa, no trabalho humilde e, em geral, mal remunerado, mas sempre estudei e cedo me formei no magistério. Entendo que a falta de recursos pode ser um dos fatores que impedem que a ampliação do ensino técnico prossiga em velocidade maior do que a que estamos vendo. Por essa razão, apresentei no Senado projeto de lei (PLS 63/07) que permitirá às empresas privadas investirem no ensino técnico em escolas públicas e deduzirem, no imposto de renda devido, os valores investidos. Com certeza a aprovação do projeto contribuirá para ampliar o ensino técnico no Brasil.



Agora é lei

Fundeb está regulamentado

Já está em vigor a Lei 11.494/07, que regulamenta o Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). O fundo entrou em vigor no dia 1º de janeiro, por meio de medida provisória, depois aprovada no Congresso Nacional. O Fundeb substitui e amplia o Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental (Fundef), instituído em 1998. Com o Fundeb serão aplicados, em 2007, em educação básica R\$ 48 bilhões, para atender a 47 milhões de estudantes.

Ao sancionar a lei, o presidente vetou dispositivo incluído pelo Congresso que permitia a estados e municípios abater, do cálculo de sua receita líquida, os 20% investidos no fundo. Assim, o abatimento fica limitado a 15%. Se mantido o dispositivo, de acordo com a justificativa apresentada pelo governo, quatro estados ficariam com a maior parte dos recursos que a União coloca no fundo. A principal meta, até 2021, é estender de 30 milhões para 47 milhões o número de alunos de creches, educação infantil e especial, ensinos fundamental e médio e educação de jovens e adultos. O valor mínimo repassado pelo governo por aluno aumenta com o Fundeb. As séries iniciais do ensino fundamental recebiam R\$ 682,60 por estudante ao ano. Esse valor agora sobe para R\$ 946,29.

Será criada uma comissão, com representantes do Ministério da Educação, da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e do Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed), para definir os valores a serem investidos pelo Fundeb em cada nível de ensino. O novo fundo terá vigência de 14 anos e a sua implantação se dará de forma gradual, em três anos.

Frases

"Será que um senador não poderia pedir um empréstimo a um amigo? Existe algum artigo no Código Penal e no Regimento do Senado dizendo que pedir dinheiro emprestado é crime, é ilegal?"

Joaquim Roriz, defendendo-se de denúncia de suposto recebimento irregular de recursos de empresário do setor aéreo.

"Espero que o conselho atue com isenção e transparência e cumpra suas atribuições como determina o Regimento Interno da Casa"

José Nery, sobre a decisão do seu partido, o PSOL, de pedir que o Conselho de Ética do Senado investigue o senador Joaquim Roriz por suposta quebra de decoro parlamentar.

"Toda grande mentira aumenta a chance de o povo acreditar nela, isso era o que marcava o fascismo. O Brasil democrático que nós queremos não comporta isso"

Renan Calheiros, ao criticar a cobertura da imprensa sobre o julgamento da representação encaminhada contra ele ao Conselho de Ética.

"Senti que estava praticamente sozinho assumindo uma responsabilidade que é da Casa e de todos os membros do Conselho de Ética"

Sibá Machado, ao explicar sua renúncia à presidência do Conselho de Ética.

"A cada episódio desse, o conselho se desmoraliza mais. E precisamos ver que o conselho neste momento é o Senado, que também se desmoraliza"

Renato Casagrande, criticando o fato de o presidente do Conselho de Ética, Leomar Quintanilha, ter retirado o convite que havia feito para que ele relatasse o processo relacionado a Renan.

"O brigadeiro mostrou que sabe mandar. Imediatamente, ele aplicou os códigos de disciplina militar, prendeu os que se amotinaram, tomou as providências necessárias"

Gerson Camata, ao cumprimentar o presidente Lula por ter autorizado a Aeronáutica a intervir na crise aérea.

Foto da Semana

A eleição do novo presidente do Conselho de Ética, na quarta-feira, não debelou o impasse no colegiado. Leomar Quintanilha (D), eleito por 9 votos a 6, indicou Renato Casagrande (E) para relator da representação contra o presidente do Senado, Renan Calheiros. No dia seguinte, voltou atrás, segundo Casagrande. Quintanilha negou, e diz que confirmará o nome do colega



FOTOS: JANE ARAÚJO

Diplomata americano fala à TV no sábado

O programa Diplomacia, da TV Senado, exibe no próximo fim de semana entrevista com o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Clifford Sobel, em que o diplomata avalia as relações bilaterais com nosso país e a situação da América Latina, em particular da Venezuela. O etanol, que se transformou num dos principais pontos da agenda entre os dois países, foi o tema comentado pelo senador João Tenório (PSDB-AL), empresário do setor que participou de recente encontro internacional ocorrido em São Paulo.

Outro convidado do Diplomacia é o professor Henry Manne, que fala sobre o papel das corporações transnacionais na economia moderna. O programa também trata do Parlamento do Mercosul, que aprovou na semana passada uma declaração pela liberalização do comércio agrícola internacional.

Diplomacia vai ao ar no sábado, dia 7, às 11h30, com reprises às 22h30 do mesmo dia e no domingo, às 9h e às 16h30.



Clifford Sobel, embaixador americano no Brasil, avalia relações bilaterais e o caso da Venezuela

Conexão Senado analisa crise aérea

A crise aérea que voltou a provocar caos em aeroportos por todo o país será o tema do programa Conexão Senado de hoje, às 12h, pela Rádio Senado, com a participação de parlamentares e especialistas.

No momento em que a CPI do Apagão Aéreo do Senado discute o modelo de gestão da aviação civil brasileira, o país corre o risco de ser rebaixado pelo Conselho Executivo da Organização de Aviação Civil Internacional, o que jamais

aconteceu. Se isso ocorrer, as empresas brasileiras podem ficar impedidas de voar para destinos como Estados Unidos e Europa, e as empresas internacionais podem mudar a rota dos vôos, evitando os aeroportos brasileiros.

Rádio Senado debate saúde pública e efeitos da produção de eucalipto

O programa da Rádio Senado Fique por Dentro da Lei, nesta terça-feira, às 8h30, traz o tema "O cidadão e a saúde pública: as responsabilidades do Estado".

Como o cidadão pode exigir

atendimento de saúde? Quais são os direitos dos pacientes? Se houver dano à saúde do cidadão por culpa do Estado, como proceder? E o que fazer quando o dinheiro destinado à saúde for mal apli-

cado? Essas e outras questões serão respondidas no programa, que terá a participação de Daniela Trettel, advogada do Instituto de Defesa do Consumidor, o Idec.

No programa Sintonia Am-

Jaguar é convidado do Salão Nobre

O senso de humor, o traço, a elegância e a inteligência do cartunista Jaguar estão no programa Salão Nobre, da TV Senado. Um dos fundadores do semanário O Pasquim, Jaguar foi entrevistado por Beto Almeida, Eliane Cantanhede e Henrique Gougon para o programa que vai ao ar no sábado (às 16h30 e às 21h30) e domingo (às 22h).

O programa recebe, a cada mês, personalidades da vida brasileira que são entrevistados por jornalistas da TV Senado e por convidados da imprensa de Brasília.

Jaguar contou, no Salão Nobre, como foi sua passagem por Brasília, onde morou entre 2005 e 2006. O humorista fez críticas a JK por ter enterrado o transporte ferroviário em favor da construção de estradas e do incentivo à indústria automobilística. No programa, o cartunista fez uma avaliação severa da classe política, revelou ter votado em Lula por quatro vezes e admitiu estar frustrado com o atual presidente da República.

Rádio Senado

TODOS OS DIAS

6h - Matinas
7h55 - Cidadania Dia-a-dia
21h50 - Cidadania Dia-a-dia (reprise)

DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

7h - Crônicas Musicais
7h10 - Música e Informação
8h - Senado Notícias
8h30 - Plenário em Destaque
19h - Voz do Brasil
19h30 - Jornal do Senado
20h - Música e Informação
21h - Crônicas Musicais (reprise)
21h10 - Música e Informação
22h - Senado Notícias
24h - Música e Informação

DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

14h - Plenário (ao vivo)

DE TERÇA A SEXTA-FEIRA

9h - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias

SÁBADO E DOMINGO

7h - Música e Informação
9h30 - Música e Informação
21h - 180 Anos do Senado
22h - Música e Informação

SEGUNDA-FEIRA

9h - Senado Resumo
10h - Senado Notícias (reprise)
11h - Senado Resumo (reprise)
12h - Conexão Senado
13h40 - Senado Notícias
23h - Brasil Regional (reprise)

TERÇA-FEIRA

23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

23h - Escala Brasileira (reprise)

SEXTA-FEIRA

9h - Plenário (ao vivo)
12h - Música e Informação
13h40 - Senado Notícias
14h - Música e Informação
18h - Senado Resumo
20h - Reportagem Especial
23h - Improviso Jazz (reprise)

SÁBADO

8h - Encontros com a Música Brasileira
9h - Prosa e Verso
10h - Especial (reprise)
11h - Música Erudita
12h - Senado Resumo (reprise)
13h40 - Música e Informação
15h - Autores e Livros
16h - Música do Brasil
17h - Música e Informação
18h - Improviso Jazz
19h - Senado Resumo (reprise)
20h - Escala Brasileira

DOMINGO

8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
11h - Música do Brasil
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Prosa e Verso
17h - Reportagem Especial (reprise)
18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)
20h - Jazz & Tal

Como sintonizar

FM
Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS
Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET
No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA
Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

1h - Leituras
1h30 - Conversa de músico
2h - Especiais
3h - Inclusão/Diplomacia
4h - Cidadania Debate
5h - Cidadania Entrevista
5h30 - Parlamento Brasil
6h - Cidadania Debate
7h - Leituras
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Diplomacia/Inclusão
9h - Parlamento Brasil
9h30 - Alô Senado
10h - Especial/Comissões
12h - Cidadania Entrevista
12h30 - Direto do Cafezinho
13h - Cidadania Debate
13h45 - Senado Agora (ao vivo)
14h - Sessão Plenária (ao vivo)
18h30 - Senado Agora
18h45 - Direto do Cafezinho/Comissões (ao vivo)
19h - Cidadania Debate
20h - Direto do Cafezinho
20h30 - Cidadania Entrevista
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões

TERÇA A QUINTA-FEIRA

1h - Plenário (reapresentação) ou Comissões (reapresentação)/Cidadania
5h30 - Alô Senado ou Leituras
6h - Cidadania Debate
7h - Direto do Cafezinho
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Direto do Cafezinho
8h15 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
8h30 - Direto do Cafezinho
8h45 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
9h - Direto do Cafezinho
9h30 - Comissões (ao vivo)
13h45 - Senado Agora (ao vivo)
14h - Sessão Plenária (ao vivo)
18h30 - Senado Agora
18h45 - Direto do Cafezinho/Comissões (ao vivo)
19h - Cidadania Debate
20h - Direto do Cafezinho
20h30 - Cidadania Entrevista
21h - Jornal do Senado Federal

SEXTA-FEIRA

1h - Plenário (reapresentação) ou Comissões (reapresentação)/Cidadania
5h30 - Parlamento Brasil
6h - Cidadania Debate
7h - Direto do Cafezinho
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Direto do Cafezinho
8h15 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
8h30 - Direto do Cafezinho
8h45 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
9h - Plenário (ao vivo)
13h45 - Senado Agora (ao vivo)
14h - Comissões (inéditas ou reapresentação)
18h45 - Direto do Cafezinho
19h - Cidadania Debate
20h - Direto do Cafezinho
20h30 - Cidadania Entrevista
21h - Jornal do Senado Federal
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões (inéditas)

SÁBADO (7.jul.2007)

1h - Cidadania Debate
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia/Jaguar
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Alô Senado
4h15 - Eco Senado
4h30 - De Coração
5h - Conversa de Músico
6h - Cidadania Debate
7h - Alô Senado
7h15 - Eco Senado
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - De Coração
8h30 - TV Brasil Internacional
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia
12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Alô Senado
13h15 - Eco Senado
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Conversa de Músico
15h30 - Séries Especiais - Thomas Farkas - Episódio 10
16h30 - Diplomacia / Jaguar
17h30 - Cidadania Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania Debate
19h45 - Alô Senado
20h - Leituras
20h30 - Especial - O Povo Brasileiro - Episódio 4
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Salão Nobre / Jaguar
22h30 - Diplomacia
23h30 - De Coração
24h - Espaço Cultural - Retrats do Jazz - Courtney Pine

DOMINGO (8.jul.2007)

1h - Cidadania Debate
2h - Alô Senado
2h15 - Eco Senado
2h30 - Diplomacia
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Leituras
4h30 - De Coração
5h - Conversa de Músico
6h - Cidadania Debate
7h - TV Brasil Internacional - América do Sul Hoje
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Leituras
8h30 - De Coração
9h30 - Diplomacia
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Alô Senado
11h15 - Eco Senado
11h30 - Especial - O Povo Brasileiro - Episódio 4
12h - Brasil Eleitor
12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Espaço Cultural - Retrats do Jazz - Courtney Pine
15h30 - Séries Especiais - Thomas Farkas - Episódio 10
16h30 - Diplomacia
17h30 - Cidadania Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania Debate
19h45 - Conversa de Músico
20h30 - Leituras
21h - Séries Especiais - Thomas Farkas - Episódio 10
22h - Diplomacia / Jaguar
23h - Parlamento Brasil
23h30 - De Coração
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

Como sintonizar

TV A CABO
NET, Canbras TVA, Canbras e Video Cabo

TV POR ASSINATURA
Sky, Directv e Tecsat

ANTENA PARABÓLICA
Sistema analógico:
Satélite - B1
Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz
Sistema digital:
Satélite - B1
Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical
Frequência - 3.644,4 MHz
Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz
Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110
Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB
Symbol Rate - 3,2143Ms/s
FEC - 3/4
UHF
Canal 51, no Distrito Federal

RESENHA

Um estudo da psicologia coletiva brasileira

ALEXANDRE GUIMARÃES

Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), médico maranhense, foi um daqueles estudiosos que transcenderam sua especialidade, tornando-se pioneiro em vários outros campos do pensamento. Além de desenvolver a medicina legal, é um dos iniciadores da antropologia física e da psicologia coletiva no país.

Coletânea de textos do autor, *As Coletividades Anormais* foi editada pelo esforço do médico, antropólogo e psicólogo alagoano Artur Ramos, no início da década de 40. Agora é publicada como o volume 76 das Edições do Senado Federal. Idealizado por Nina Rodrigues, o livro não foi concretizado em vida. Coube a Artur Ramos pesquisar entre os textos e sistematizar a obra.

Grandemente influenciadas pelo positivismo, muitas das idéias apresentadas devem ser encaradas mais como pensamento da época do que como preconceitos. Num dos ensaios, Nina Rodrigues analisa a "loucura epidêmica" dos habitantes de Canudos, e diz que o líder da revolta, o "louco" Antônio Conselheiro, finca suas raízes na "estratificação social e étnica" da região. Da análise de Canudos e de outros casos, surge a idéia da



A Guerra de Canudos (BA) foi um movimento político-religioso que durou de 1893 a 1897

"loucura das multidões", à qual dedica longo estudo.

Ao avaliar os tipos raciais brasileiros, Nina Rodrigues critica a classificação "simplista" (brancos, negros e mestiços) e nos apresenta seis grupos étnicos: brancos, negros, mulatos, caboclos, cafuzos e pardos. Os pardos, "mestiços complexos em que se associam os caracteres das três raças", seriam idéia original do autor.

Mesmo tendo muitos de seus conceitos já superados nos dias de hoje, a leitura dos ensaios de Nina Rodrigues serve, pelo menos, como base para o entendimento do pensamento social

Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado. A publicação *As Coletividades Anormais*, de Nina Rodrigues, pode ser adquirida por R\$ 15. Mais informações podem ser obtidas pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-4755.

SENADO

Vídeo do ILB recebe prêmio no Maranhão

O vídeo *Saudades do Futuro*, produzido pela Central de Vídeo do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) foi premiado em 17 de junho, no Festival Guarnicê de Cinema, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em São Luís, na categoria Melhor Trilha Sonora Adaptada. O documentário, dirigido por Alexandre Costa Júnior, com edição final de Jimi Figueiredo, trata de aspectos da história da formação do povo brasileiro, sob a ótica da dominação pela matriz cultural portuguesa.

Segundo seus realizadores, o ponto de partida para o vídeo foi uma entrevista com o filósofo e professor da UnB Fernando Bastos sobre o "sebastianismo", um movimento místico-secular que ocorreu em Portugal na segunda metade do século 16, como consequência da morte do rei d. Sebastião, na batalha de Alcacer

Quibir, em 1578. Na elaboração da trilha sonora, a equipe da Central de Vídeo do ILB selecionou trechos de obras musicais tradicionais portuguesas, com destaque para os fados interpretados pelo grupo Madredeus.

O vídeo *Saudades do Futuro* faz parte da série de documentários *Cultura e Civilização*, uma iniciativa do Instituto Legislativo Brasileiro, com exibição no Canal ILB, em circuito interno, e em assembleias legislativas conveniadas.

A 30ª edição do Festival Guarnicê de Cinema exibiu, entre 11 e 17



Cena de Saudades do Futuro: vídeo do ILB recebe prêmio num dos mais antigos festivais do país

de junho, mais de 300 produções audiovisuais brasileiras e teve sessões gratuitas para o público, com apresentação de filmes nos formatos 8mm, 16mm e 35mm, vídeos, reportagens, super-8, e atrações do folclore local.

Festival Guarnicê de Cinema faz 30 anos

O Festival Guarnicê de Cinema é um dos mais antigos eventos de cinema e vídeo do Brasil e foi criado em 1977, com o nome de Jornada Maranhense de Super 8. É promovido pelo Departamento de Assuntos Culturais da UFMA, com apoio do Ministério da Cultura, e recebe competidores de todo o Brasil.

O festival ocorre sempre no mês de junho. Além das mostras e dos concursos de filmes e vídeos, acontecem debates, seminários, palestras, workshops, cursos, lançamentos de livros, exposições, apresentações folclóricas e encontros dentro da programação do festival. Este ano, em sua 30ª edição, foi realizado

entre os dias 11 e 17. O evento apresenta um panorama da produção audiovisual brasileira, exibindo filmes de curta, média e longas-metragens, em mostras informativas e competitivas.

A palavra "guarnicê" dá nome ao momento de preparo para a maior manifestação folclórica do Maranhão, o bumba-meu-boi.

Arquivo aberto

Após a renúncia do presidente Jânio Quadros e a oposição dos ministros militares ao vice João Goulart, o Congresso Nacional votou a Emenda Constitucional 4, que instituiu o parlamentarismo como novo sistema de governo. Dessa forma, foi possível a posse de João Goulart na Presidência da República. Em 1962, 45 anos atrás, o senador Auro de Moura Andrade (foto) foi indicado, mas renunciou ao cargo de primeiro-ministro. Na série *Grandes Momentos do Parlamento Brasileiro*, há pronunciamento de Moura Andrade, então presidente do Congresso Nacional, sobre a renúncia do presidente Jânio Quadros. O discurso está disponível em www.senado.gov.br/comunica/museu/pron2.htm.



CÉLIO AZEVEDO

3 de julho – Em 1917, há 90 anos, nasceu o jornalista e treinador de futebol João Saldanha. Em 13 de junho de 2006, o senador Pedro Simon contou em Plenário episódio que relevou um pouco do temperamento de Saldanha. Segundo Simon, às vésperas da Copa do Mundo de 1970, Saldanha, então técnico da Seleção Brasileira, soube que o presidente Médici teria proposto a convocação do jogador Dadá. Ao ser questionado pelos jornalistas, o treinador declarou: "Fiz um trato com o presidente: eu não me meto no Ministério dele, e ele não se mete na escalação do Brasil". João Saldanha morreu em 1990 durante a cobertura da Copa da Itália.

7 de julho – Em 1982, há 25 anos, entrou em vigor a Lei 6.996, que dispõe sobre a utilização de processamento eletrônico de dados nos serviços eleitorais. Em 8 de maio de 2003, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) defendeu as urnas eletrônicas: "Estou propondo projeto de lei que abole a necessidade de voto impresso, já que este se mostrou desnecessário. Temos que confiar numa tecnologia que é segura". E concluiu: "Este é, sem dúvida alguma, um ponto de orgulho para os brasileiros: a democracia alcançada por meio das urnas eletrônicas, que estão à prova de fraude e que significam rapidez em todo processo de votação no Brasil".

Pesquisa elaborada pelo Serviço de Pesquisas Jornalísticas do Cedoc Multimídia

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editor-chefe: Valter Gonçalves Júnior
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Suely Bastos.
Reportagem: Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Bruno Bazílio e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa,

Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Desempregado tem direito a seguro

Quem ficou desempregado deve ficar atento aos prazos e às exigências para requerer o seguro-desemprego, que ajuda o trabalhador a sustentar-se enquanto procura nova posição no mercado. Obter novo emprego pode não ser uma tarefa tão fácil: segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o tempo médio gasto na procura de um emprego em seis das

maiores regiões metropolitanas do país variou de oito a dezesseis meses em 2006. As mulheres têm ainda mais dificuldade: levam até cinco meses mais que os homens.

Veja nesta edição quem tem direito a receber esse benefício. E saiba como concorrer às vagas oferecidas pelo Sistema Nacional de Emprego (Sine), órgão do Ministério do Trabalho e Emprego que cadastra e faz intermediação entre as empresas e trabalhadores.

Quem pode receber

Veja os requisitos para receber o seguro-desemprego:

Trabalhador formal

▶ Ter sido dispensado sem justa causa e estar desempregado;

▶ Ter sido empregado – e recebido salários – de pessoa jurídica ou pessoa física equiparada à jurídica por seis meses consecutivos, imediatamente anteriores à data da dispensa;

Empregado doméstico

▶ Ter sido dispensado sem justa causa e estar desempregado;

▶ Ter trabalhado exclusivamente como empregado doméstico por pelo menos 15 meses nos 24 meses anteriores à data da dispensa;

▶ Ser contribuinte da Previdência Social e estar em dia com as contribuições;

▶ Ter, no mínimo, 15 recolhimentos ao FGTS como empregado doméstico;

▶ Pescador artesanal (o seguro é pago durante o período de proibição da pesca).

▶ Possuir inscrição no INSS como segurado especial e um ano de registro como pescador profissional, categoria artesanal;

▶ Comprovar a venda do pescado a pessoa jurídica ou cooperativa, nos últimos 12 meses que antecederam ao início do período de proibição da pesca; e

▶ Comprovar que se dedicou à pesca, em caráter ininterrupto, entre os dois últimos períodos de proibição da pesca;

Requisitos comuns

▶ Não possuir renda suficiente para sua manutenção e de sua família (para o pescador, não ter outra renda além da pesca); e

▶ Não estar recebendo qualquer benefício previdenciário de prestação continuada, com exceção do auxílio acidente e da pensão por morte.

Também têm direito ao seguro desemprego o trabalhador em qualificação profissional com o contrato de trabalho suspenso, e o trabalhador resgatado de regime de trabalho forçado ou em condições semelhantes à de escravo por uma ação de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego.

Documentação

A documentação exigida varia conforme o tipo de seguro. Veja os documentos para o empregado formal e o doméstico:

▶ CPF e documento de identidade;

▶ Carteira de Trabalho e Previdência Social;

▶ Cartão de inscrição no PIS/Pasep;

▶ Extrato atualizado do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

▶ Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho (TRCT), devidamente homologado;

▶ Comunicação de dispensa;

▶ Requerimento do seguro-desemprego próprio para cada caso, preenchido pelo empregador.



Maria dos Santos, desempregada há um ano, exhibe a sua carteira de trabalho diante de posto do Sine, em Brasília

Profissões mais e menos requisitadas

Veja as profissões em que houve maior número de contratações, até maio deste ano, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (empregos criados):

- Trabalhador da cultura de cana-de-açúcar: 146.332

- Alimentador de linha de produção: 53.691

- Servente de obras: 43.976

- Faxineiro: 39.000

- Trabalhador da cultura de café: 38.865

As menos requisitadas (total de postos de trabalho desativados):

- Trabalhador no cultivo de árvores frutíferas: -27.821

- Vendedor de comércio varejista: -14.839

- Trabalhador no cultivo de espécies frutíferas rasteiras: -5.255

- Gerente de loja e supermercado: -2.596

- Operador de caixa: -2.192

Como receber o seguro

O que é pago

O seguro-desemprego é pago em até cinco parcelas, dependendo do número de meses trabalhados nos 36 meses anteriores à data da dispensa:

- De 6 a 11 meses trabalhados: 3 parcelas;

- De 12 a 23 meses: 4 parcelas; e

- De 24 a 36 meses: 5 parcelas.

O pescador artesanal recebe tantas parcelas quantos forem os meses de duração do período de proibição da pesca. Já o empregado doméstico e o trabalhador resgatado recebem, no máximo, três parcelas.

O valor das parcelas do trabalhador formal e do trabalhador em qualificação é o resultado da média dos salários dos últimos três meses anteriores à dispensa, entre o mínimo de R\$ 380 e o máximo de R\$ 710. O valor para o pescador artesanal, o empregado doméstico e o trabalhador resgatado é de um salário mínimo.

Onde requerer

Nos postos de atendimento das delegacias regionais do trabalho (DRT's) ou do Sine; nos sindicatos cadastrados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); e nas agências da Caixa Econômica Federal credenciadas (pode requerer na Caixa apenas o trabalhador com carteira assinada dispensado sem justa causa).

Prazos para dar entrada

▶ Empregado de pessoa jurídica (empresa): de 7 a 120 dias depois da data de dispensa;

▶ Empregado doméstico: de 7 a 90 dias depois da data de dispensa;

▶ Empregado em qualificação: durante a suspensão do contrato de trabalho;

▶ Pescador artesanal: até 120 dias depois do início do período de proibição da pesca;

▶ Trabalhador resgatado: até 90 dias depois do resgate.

Passo a passo: em busca de uma vaga do Sine

Em 2003, segundo o Sistema Nacional de Emprego (Sine), 5,68 milhões de candidatos inscreveram-se para disputar o 1,63 milhão de vagas cadastradas no órgão pelas empresas. O Sine encaminhou 3,57 milhões dessas pessoas às vagas e 886 mil conseguiram o emprego. Portanto, 54% das vagas oferecidas foram preenchidas por candidatos encaminhados pelo Sine. Veja como fazer para inscrever-se em uma das 1.080 unidades do órgão:

▶ Documentos: carteira de trabalho, documento de identidade,

CPF ou CIC, título de eleitor, e comprovante de residência.

▶ Vá à unidade de atendimento do Sine mais próxima da sua residência. Anote o nome da pessoa que o atendeu e pergunte para qual número de telefone você pode ligar para obter informações sobre o seu processo.

▶ Se a sua cidade não tiver uma unidade de atendimento do Sine, verifique na prefeitura se existe um convênio com o Sine e quem atende pelo convênio.

▶ Relate toda a sua experiência profissional e, caso não

exista vaga para o seu perfil no momento da inscrição, solicite informações sobre cursos de formação ou atualização que possam capacitá-lo e diminuir seu tempo de espera. Peça todas as informações sobre os treinamentos disponíveis e um encaminhamento para os cursos que considerar mais adequados.

▶ Atualize seu cadastro sempre que adquirir mais habilidades e novos conhecimentos e mantenha contato para verificar o aparecimento de vagas adequadas ao seu perfil profissional.

Saiba mais

Caixa Econômica Federal
0800 574 0101 - FGTS
0800 574 2222 - PIS e abono salarial
0800 574-7474 - Ouvidoria
www.caixa.gov.br
Ministério do Trabalho e Emprego
Esplanada dos Ministérios, bloco F
Brasília (DF) - CEP 70059-900
(61) 3317-6000
www.mte.gov.br
Sistema Nacional Emprego (Sine)
www.mte.gov.br/sine
Ou procure por estado:
www.sine.sigla.do.seu.estado.gov.br
Exemplo: www.sine.sc.gov.br

Projetos de lei

PLS 314 e 315/07 – Proíbem a fixação de idade máxima para a pessoa ser admitida ou permanecer no trabalho. Autora: senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO).

PLS 254/05 – Visa à redução da jornada de trabalho, sem diminuição dos salários. Autor: senador Paulo Paim (PT-RS).

PLS 76/06 – Propõe limitar em 30 o número mensal de horas extras. Autor: senador Valdir Raupp (PMDB-RO).

PLC 41/06 – Proíbe a exigência, na admissão, de comprovação de experiência de mais de seis meses.

PLC 103/05 – Veda a exigência de carta de fiança.